

MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS

Marrocos, destino improvável para a emigração portuguesa

Patrícia Menezes Moreira

M

2020



Patrícia Menezes Moreira

Marrocos, destino improvável para a emigração portuguesa

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos,
orientada pela Professora Doutora Alice Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Ao meu pai, Nuno, e à minha sobrinha, Amélia

Sumário

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Introdução.....	1
Capítulo I	
Migrações: o mundo e a mobilidade humana.....	7
1. A vida da Humanidade em movimento.....	7
1.1. Deslocações forçadas: guerra, religião, desastres naturais.....	11
2. Cultura, identidade e dupla pertença: um trio dinâmico de conceitos.....	14
Capítulo II	
Portugal, país de alma ambulante.....	21
1. Brasil, França e outros destinos clássicos.....	21
1.1. Ganhar a vida e fugir da ditadura.....	25
1.2. Na atualidade: uma nação de emigrantes e imigrantes.....	27
Capítulo III	
Portugal e Marrocos: páginas da história do Mediterrâneo.....	29
1.O Al-Andaluz, Ceuta e a atualidade.....	29
2. Argentina e Andaluzia, dois destinos da emigração algarvia.....	33
3. Miséria em Portugal, trabalho em Marrocos.....	37
3.1. De canoa ou veleiro: clandestinos.....	39

3.2. Portugueses em Marrocos hoje.....	41
--	----

Capítulo IV

A emigração portuguesa para Marrocos na primeira pessoa:

as vozes de alguns protagonistas.....	44
1. O processo de pesquisa.....	44
2. Cinco histórias, cinco protagonistas.....	46
2.1. Algumas tendências detetadas.....	48
2.2. Motivações da deslocação para Marrocos e modos de vida adotados.....	50
2.3. Marrocos e os marroquinos: a adaptação.....	57
2.4. Contacto cultural e dupla pertença.....	61
2.5. Outros portugueses em Marrocos, preconceitos, estereótipos.....	66
Considerações finais.....	71
Referências.....	75
Apêndices	79

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, Junho de 2020

Patrícia Menezes Moreira

Agradecimentos

A realização desta pesquisa contou com várias e valiosas ajudas, que reconheço com o mais profundo carinho. Por isso, e desde logo, deixo um merecido agradecimento aos cinco protagonistas das histórias que, nestas páginas, relatam os contornos dos seus processos de emigração portuguesa para Marrocos. “Mário”, Cláudio, Ana, Patrícia e Hugo - a todos sou grata pela disponibilidade e pela partilha. Sem a participação destas pessoas, este trabalho, tal como se apresenta, não teria sido possível.

Agradeço também a quem me ajudou, tão prontamente, a encontrar os meus entrevistados: Sandra, minha querida e sempre presente amiga, D. Rita, Idálio, Nuno.

Obrigada, Professora Alice, pelo seu paciente e zeloso trabalho de orientação, durante todos estes meses. Obrigada também pelo incomensurável apoio, pela motivação e pelo entusiasmo e, mais ainda, por tantas, tão boas e tão estimulantes conversas, em que aprendi e descobri.

Grazie, Matteo, pela tua participação sempre tão companheira, ao longo de tantos quilómetros, percorridos entre Mértola, Quarteira e Marraquexe. Viajando, colaborando, escutando, com toda a vontade do mundo.

Resumo

Os movimentos migratórios de Portugal rumo a Marrocos são fenómenos pouco conhecidos quando comparados com o mesmo tipo de processos estabelecidos entre o nosso país e outras nações. Pretende-se aqui retratar estes fluxos de fixação de portugueses num território geograficamente próximo, com o qual temos fortes laços históricos e culturais. Trata-se de levantar o véu sobre um movimento que terá conhecido o seu expoente máximo nas primeiras décadas do século XX, quando mobilizava famílias de pescadores do Algarve, mas continua a manifestar-se, ainda que de modo residual, na atualidade. Quem são os portugueses que, ao longo do tempo, se têm fixado em Marrocos? Quais as suas razões? Que relações estabelecem com aquele país? Os grandes objetivos deste trabalho passam pela compreensão dos contornos e características que, ao longo do tempo, têm particularizado a rota marroquina, pela identificação das motivações de alguns dos seus protagonistas e, naturalmente, pela revelação de uma realidade que é tão interessante, mas passa tão despercebida dentro do vasto tema da emigração nacional.

Palavras-chave: Movimentos migratórios; Portugal; Marrocos; Laços históricos e culturais; Motivações

Abstract

The Portuguese migration towards Morocco is barely known when compared to Portuguese migration movements towards other countries. This research seeks to depict the processes of settlement of Portuguese people in a geographically close territory with which we have strong historical and cultural ties. The goal here is to make an approach to this phenomenon that seems to have been particularly strong during the first decades of the 20th century when it mobilized fishermen families of the Algarve, but still occurs nowadays, although at a significantly minor scale. Who are the Portuguese who, over time, have chosen to migrate to Morocco? What are their grounds? What kind of relationships and connections do they establish with the country and its people? This investigation tries to understand the causes and features that throughout time have defined the Moroccan route. It also aims to identify the motivations of these Portuguese migrants attempting to reveal this interesting but almost unnoticed topic that is part of the vast theme that regards the Portuguese migration.

Keywords: Migration movements; Portugal; Morocco; Historical and cultural ties; Motivations

Introdução

O meu regresso à Universidade, para a concretização de uma nova etapa de aprendizagem, constituía um sonho antigo, que só recentemente pôde ser realizado. Abraçar este desafio aconteceu de mãos dadas com um claro sentimento de profunda afinidade, curiosidade e fascínio por um vasto território de alma árabe e muçulmana que começa logo depois do sul de Portugal. Trata-se de um interesse vincado pelos povos e nações que fazem parte do Magrebe e do Maxereque. Aprecio a estética, agrada-me a música, gosto da culinária, considero belas as paisagens, sinto acolhedoras e amistosas as populações. Um dia, decidi também aprender a língua árabe padrão, enigmático e misterioso denominador comum da comunicação entre os cidadãos destes países.

É assim que Marrocos, este nosso tão belo e misterioso vizinho do sul, destino das mais inolvidáveis e doces passagens, foi sempre encarado como prioridade para a realização de uma pesquisa. Investigar a Mellah, o bairro judeu da Medina de Marraquexe, e a convivência entre a comunidade hebraica e a população muçulmana da cidade, foi a primeira ideia de pesquisa a ser considerada. No entanto, este aliciante tema acabaria por ser substituído por outro, mais diretamente ligado à realidade portuguesa. As migrações, essencialmente as emigrações, são um elemento indissociável da história do nosso país e da vida dos portugueses, acostumados a partir e ver partir os seus compatriotas rumo a destinos mais ou menos distantes, em que a vida parece ser mais fácil, talvez melhor.

Brasil ou Estados Unidos, França ou Reino Unido, Angola ou Moçambique. Os portugueses habituaram-se a fazer as malas e sair, fundamentalmente para fugir da pobreza e da falta de oportunidades, mas também para escapar da opressão política, durante o longo período em que o país viveu em ditadura (Arroteia, 2001). Mais recentemente, os portugueses começaram a emigrar também para estudar ou simplesmente para desfrutar de novos modos de vida, experienciar outros cenários, culturas, aventuras. Ao longo do tempo, e de um modo muito geral, o estudo das emigrações portuguesas foi revelando características específicas, nomeadamente em termos da geografia escolhida e do perfil dos próprios emigrantes.

Os destinos pelos quais os portugueses trocam o país foram mudando ao longo do tempo e são, atualmente, mais diversificados. Por outro lado, agora não emigram só pessoas sem recursos financeiros e com baixa escolarização, nem apenas, ou fundamentalmente, indivíduos do sexo masculino. Agora também há gente qualificada que escolhe sair, seja para trabalhar ou para estudar, e as mulheres não ficam para trás, pois tornaram-se também elas protagonistas, por conta própria, destes movimentos. Acrescente-se ainda que continuamos a ser uma nação de emigrantes, é certo, mas também nos tornámos uma nação de imigrantes, que aprendeu a receber gente oriunda de outros países que escolheu Portugal para viver e trabalhar (Góis e Marques, 2018).

Entre tantas páginas escritas sobre este vasto e complexo tema há, porém, um subcapítulo que parece ter passado despercebido. Estranhamente, não é do conhecimento geral que também existiu, e continua a existir, emigração portuguesa para Marrocos. Estranhamente, poucos saberão que foram os pescadores algarvios a dar corpo a este movimento que terá conhecido a sua máxima expressão no início do século XX. É ainda preciso referir que, em pleno século XXI, também há portugueses que escolhem Marrocos como destino de emigração, embora se trate de uma pequena, muito pequena comunidade. É verdade que este país não se encontra associado a uma determinada imagem de prosperidade económica, assente ela própria em padrões específicos do que se possa entender por desenvolvimento. Mas é igualmente verdade que há quem nele veja boas oportunidades.

A grande diferença entre o passado recente e a atualidade é que já não são apenas os pescadores algarvios, e as suas famílias, a emigrar para este país magrebino, em fuga da miséria. Olhando para os protagonistas desta pesquisa, vemos agora ir para Marrocos jovens desempregados que ali decidem fixar-se para trabalhar em setores tão diversos quanto o turismo ou os audiovisuais; também vão para Marrocos estudantes de pós-graduação, que apostam nas universidades marroquinas para desenvolverem as suas investigações; e ainda gente que se sente simplesmente encantada e identificada com o estilo de vida proporcionado pelo país.

Como pano de fundo de todas estas realidades, temos a proximidade geográfica e cultural entre Portugal e Marrocos que, para alguns, é pouco perceptível. No entanto, a verdade é que a vicinalidade entre o sul da Europa e o norte de África é indiscutível. Do mesmo modo, são inegáveis os laços históricos que, ao longo do tempo, uniram as populações de um e de outro lado do mar. Esta relação nem sempre foi pacífica, mas as influências mútuas deixadas por

um intenso contacto cultural têm um valor inestimável. Património arquitetónico, gastronomia, música e um grande número de vocábulos comuns, são apenas alguns dos palcos em que se manifestam tantas e tão ricas influências, que se estendem do longínquo período do Al-Andaluz até aos dias de hoje.

É no âmbito deste amplo contexto que nasceu e se desenvolveu a presente pesquisa. O afeto por um país e um determinado cenário sociocultural, aliado a uma certa perplexidade perante o quase desconhecimento de um fluxo emigratório que faz parte da história portuguesa, alimentaram a vontade de explorar o tema da emigração de portugueses para Marrocos. Investigar e revelar o fenómeno, tentando compreender as causas e motivações de pessoas nele implicadas, foram as principais metas definidas para a realização deste tão prazeroso trabalho académico.

Alcançar os objetivos previamente traçados dependeu, muito substancialmente, de uma componente empírica que se traduziu na auscultação e análise dos relatos de cinco portugueses, que foram ou são emigrantes em Marrocos. Pondo em prática um dispositivo de pesquisa qualitativo, assente na realização de entrevistas semiestruturadas, foram recolhidos os depoimentos destes cinco informantes que, no passado recente ou na atualidade, trocaram Portugal por Marrocos.

Procurou-se reunir um conjunto de pessoas a vários títulos diversificado, chegando-se a um grupo cujos elementos tinham ido para Marrocos por razões políticas, de trabalho, de estudo, de aventura. As suas impressões, levantadas através de uma interação bastante informal, materializada em conversas de cerca de uma hora e cuja análise é apresentada no último capítulo, constituem-se como o núcleo central e original do presente trabalho. Refira-se ainda que, após o tratamento das informações avançadas nas entrevistas, os informantes foram convidados a ler e comentar o modo como as suas declarações tinham sido interpretadas.

A metodologia empregue nesta pesquisa contemplou igualmente o recurso a ferramentas disponibilizadas pelas redes sociais, nomeadamente em termos dos primeiros contactos com alguns destes portugueses, que foram estabelecidos via *Facebook*. Também foram utilizados dados provenientes de análise documental, realizada através da consulta a plataformas digitais de entidades como embaixadas e organizações internacionais.

Quanto à estrutura da dissertação, ela apresenta-se dividida em quatro capítulos que contemplam o necessário enquadramento teórico e uma componente mais empírica e

analítica. Ainda que a componente empírica corporize a parte original e mais inovadora deste trabalho, ele inclui todo um suporte teórico considerado da máxima importância quando se aborda um tema tão complexo e abrangente como o das migrações. Sendo assim, os primeiros três capítulos estão direcionados para a abordagem do panorama geral destes fenómenos, à escala global e nacional, fornecendo a seguir uma contextualização da emigração portuguesa para Marrocos. É neste âmbito de abordagem que se apresentam e discutem os aspetos teóricos da migração, contemplando a cultura, a identidade e a dupla pertença como os principais conceitos a considerar.

De um modo mais pormenorizado, o Capítulo I é dedicado aos fenómenos migratórios humanos de um modo geral, à sua importância e às suas causas. Dá-se, aqui, particular atenção ao carácter universal das migrações e à forma como elas são analisadas pelas ciências sociais. Faz-se eco, nomeadamente, da opinião de B. Sutcliffe (1998), quanto ao interesse académico pelas migrações poder estar eventualmente envolto em preconceito. Também as ressonâncias decorrentes dos movimentos migratórios, nas suas múltiplas dimensões, são abordadas, nomeadamente questões sensíveis, como é o caso dos processos de aculturação que são decorrentes do contacto entre indivíduos de sociedades diferentes.

O Capítulo II propõe-se recordar e enquadrar, especificamente, os grandes movimentos migratórios internacionais portugueses, a partir dos seus momentos mais significativos, focando as suas maiores motivações e repercussões. Trata-se de evidenciar os dois grandes fluxos da emigração nacional, um de âmbito intercontinental, que teve o Brasil como destino número um; o outro à escala europeia, que se constituiu rumo a países de maior proximidade geográfica, como França e Alemanha (Baganha, 1994). A pobreza e a falta de oportunidades, bem como o contexto político marcado pela ditadura do Estado Novo, são focados como as grandes causas da saída dos portugueses em busca de uma vida melhor.

Com o Capítulo III afunila-se o âmbito do debate, apontando já de forma mais direta para o objeto de estudo da pesquisa. É um capítulo consagrado às relações históricas e culturais estabelecidas ao longo dos tempos, entre os territórios que são hoje Portugal e Marrocos. Nesta parte do trabalho atende-se ainda ao panorama em que se deu a emigração portuguesa para Marrocos no início do século XX, a partir do Algarve e motivada, sobretudo, pelas deficientes condições socioeconómicas de vida nesta província portuguesa (Cavaco, 1971; López Martínez, 2008). O lado clandestino deste movimento e a forma como ele se organizava também é aqui revelado (Anica e Dias, 2017).

Finalmente, o Capítulo IV, que é o último, faz a apresentação das interpretações produzidas a partir das narrativas dos informantes que foram entrevistados, ao longo de alguns meses, em geografias tão distantes quanto Mértola e Marraquexe. A proposta é no sentido de se procurar compreender os contornos deste fenómeno migratório, a partir dos relatos das experiências vividas por alguns portugueses em Marrocos. Para além das motivações destas pessoas, são analisados os seus processos de adaptação, nomeadamente em termos do seu maior ou menor grau de aculturação, fenómeno que ocorre, inevitavelmente, perante o contacto entre indivíduos de diferentes sociedades.

Os três homens e duas mulheres que formam este universo de pesquisa correspondem a uma amostra bastante heterogénea a vários níveis, sendo possível dividi-los em dois subgrupos no que concerne ao espaço temporal em que emigraram: dois deles emigraram nas décadas de 1930 e 1960; os restantes três a partir de 2009. Refira-se ainda que estas pessoas são de diferentes faixas etárias, bem como têm origens geográficas e ocupações distintas. Os seus relatos foram imprescindíveis para esta pesquisa e, graças a eles e à correspondente análise dos seus conteúdos, é possível fazer uma aproximação à realidade de um fluxo migratório que tem passado despercebido, mas que continua a existir e contempla características bastante interessantes.

As conversas mantidas com estes emigrantes portugueses em Marrocos permitiram saber, nomeadamente, que alguns portugueses se fixam neste país do Norte de África por razões tão distintas quanto estudar ou conseguir emprego, bem como por motivos pessoais aliados a desafios intelectuais como aprender árabe coloquial marroquino. É igualmente curioso descobrir que, de um modo geral, estas pessoas se adaptam a Marrocos e à convivência com os marroquinos com extrema facilidade, e fazem um balanço francamente positivo da sua escolha migratória. Foi possível ainda verificar que este processo migratório foi vivenciado e é descrito com uma grande dose de afetividade e nostalgia para com Marrocos, manifestadas de forma absolutamente unânime.

Perante a análise dos relatos, fica igualmente claro que estes portugueses não enfrentaram qualquer tipo de choque cultural demasiado agressivo, quando se fixaram em Marrocos. Isto é válido até mesmo em questões que poderiam, à partida, ser tidas como mais sensíveis, nomeadamente temas de índole religiosa muçulmana, como a vida quotidiana no período de Ramadão. É também notório que estas pessoas estabelecem laços fortes com o país e a sociedade marroquina, o que resulta em processos de aculturação significativos, que se

manifestam através de simples hábitos quotidianos ou de intensos, ainda que nem sempre completamente compreendidos, sentimentos de dupla pertença. Refira-se, por fim e de um modo geral, que estes emigrantes portugueses em Marrocos sentem saudade deste nosso vizinho do norte de África, ou já antecipam vir a senti-la, e todos vêem com bons olhos a vida em solo magrebino.

Capítulo I

Migrações: o mundo e a mobilidade humana

Pretende-se, neste Capítulo I, apontar alguns caminhos no sentido de um entendimento alargado do complexo fenómeno que, habitualmente, designamos por migração. Trata-se de tentar compreender esta manifestação social, suas causas, problemáticas e consequências, para, a partir dela, contextualizar as particularidades da realidade nacional, tópico do capítulo seguinte. Esta análise foca-se na emigração ou migração internacional, uma vez que é no contexto da deslocação entre as fronteiras dos países que se insere o objeto de estudo desta pesquisa, que é dedicada à emigração portuguesa para Marrocos. Entre outras vertentes analisadas, dá-se ainda particular atenção a questões relacionadas com os processos de adaptação que são inerentes ao movimento migratório, e que implicam o redimensionar de planos determinantes da vida do indivíduo, como a sua identidade cultural e o seu sentimento de pertença, entre a comunidade de origem e aquela na qual se insere enquanto migrante internacional. Esta opção resulta do facto de que estas dimensões constituem aspetos a considerar e a compreender em termos das vidas e das experiências dos informantes entrevistados neste trabalho, conteúdos dos quais se dará conta posteriormente, ao longo do último capítulo desta dissertação.

1. A vida da Humanidade em movimento

Se é praticamente de consenso geral entre a comunidade científica que a espécie humana, tal como a conhecemos hoje, resulta da deslocação e dispersão dos seus antepassados pelo mundo, então tudo começou com uma migração. Num momento ancestral, um movimento absolutamente ímpar provocou um impacto brutal, de dimensões planetárias. E as suas consequências, de repercussão universal, imprimiram uma marca única no ADN da Humanidade, uma vez que, à exceção de alguns territórios africanos, todas as populações atuais do mundo serão consequência de alguma migração do passado (Sutcliffe, 1998). Arrisco denominar como “nomadismo inato” essa característica que torna cada indivíduo capaz de abraçar uma vida ambulante, escolhendo trocar de lugar, percorrendo um caminho

mais ou menos longo, chegando a um destino novo, para alcançar os seus objetivos. Não é que a maioria o faça, mas, potencialmente, cada um de nós é capaz de mudar de território, atrevendo-se a apostar num mais ou menos arriscado recomeço, reinventando-se.

Muda-se do campo para a cidade, troca-se o interior pelo litoral ou a montanha pela planície. A alteração pode ser apenas temporária, perseguindo uma atividade sazonal, ou, pelo contrário, duradoura, adotando, de modo definitivo, o ponto de chegada. O itinerário pode ser mais longínquo do que o de uma migração interna, aquela que ocorre dentro do território de uma nação, levando o andarilho para lá da fronteira, onde se fala outra língua e se come outra comida. Quando se muda de um país para outro, quando se deixa um Estado-nação por outro, considera-se que a migração é internacional, e o seu protagonista é um emigrante ou migrante internacional.

Emigra-se para trabalhar, mas também para estudar ou para simplesmente descobrir outros cenários e outros modos de vida, à boleia de um corajoso e indomável espírito de aventura. Emigra-se também para tentar escapar de uma guerra, de uma perseguição política, de um conflito religioso, para sobreviver a uma catástrofe natural. Migram homens, mulheres, crianças. Deslocam-se trabalhadores indiferenciados e profissionais altamente qualificados. É gente de todas as idades, de todas as latitudes, rumo a todos os destinos, protagonizando a fascinante odisseia da Humanidade em trânsito. O acontecimento é, atualmente, potenciado pela conjuntura própria de um mundo globalizado, no qual é cada vez mais fácil e rápido comunicar e transitar.

Subjacente a este fenómeno, que encerra múltiplas possibilidades de leitura e levanta as mais melindrosas problemáticas, está sempre, invariavelmente e de modo fundamental, a noção de movimento, o conceito de deslocação territorial. Ancestralidade, universalidade e complexidade são, igualmente, denominadores comuns a definições e observações de diferentes autores e organizações sobre o que representam as admiráveis migrações humanas. E é assim mesmo. As migrações são ancestrais por corresponderem a um processo primordial, intrínseco ao modo como se deu a disseminação da espécie humana pela Terra, há milhares de anos, a partir do continente africano. Por outro lado, elas são igualmente universais, uma vez que ocorrem à escala global, perante a deslocação de pessoas oriundas de todas as geografias, com as mais diversas nacionalidades e das mais pulverizadas origens. Por fim, elas encerram complexidade, uma vez que homens e mulheres em trânsito resultam numa fórmula com muitas implicações, sentidas a níveis tão diversos quanto o urbanismo, a

demografia e o mercado de trabalho nas sociedades a que chegam e naquelas que deixam para trás – os movimentos migratórios são intrinsecamente delicados e enigmáticos.

As migrações humanas não constituem, porém, um acontecimento extensivo em termos estatísticos. Bem pelo contrário, se tivermos em conta um ponto de vista meramente aritmético, elas são quase insignificantes, acometendo, segundo a ONU (2019), apenas uma parcela mínima dos mais de 7 mil milhões de pessoas que atualmente habitam a Terra, mais exatamente 3,5% da população mundial, em 2019. É certo, portanto, que se migra desde sempre, bem como de e para todos os pontos do planeta. Contudo, apenas uma minoria o faz, enquanto que o grosso da Humanidade opta por permanecer no seu local de origem. Ainda assim, este é um tema amplamente estudado, que desperta grande interesse científico. Porquê? Afinal, porque se observa, analisa e comenta tanto as migrações humanas? Porque se tornam elas tão intrigantes, se percentualmente tão poucos indivíduos migram? Qual o real motivo da sua relevância para as ciências sociais?

Naturalmente que, desde as suas causas ao modo como se processam e distribuem, bem como ao nível dos variadíssimos efeitos que provocam, as migrações interessarão a diferentes disciplinas de estudo. No entanto, para além do conjunto alargado de impactos que pode cruzar, a análise deste fenómeno pode estar também assente num pressuposto algo inviesado ou, pelo menos, duvidoso, e que se prende exatamente com a hipótese da migração ser algo de anómalo, e não uma manifestação normal da vida humana (Sutcliffe, 1998: p. 20): “a ideia de que todos nascem ligados a um país e nele devem permanecer ainda está profundamente enraizada nas ciências sociais”. Contudo, convém lembrar que a migração interterritorial é um aspeto essencial da Humanidade e da sua natureza, remontando ao próprio surgimento da espécie. Ainda assim, verifica-se também que o assunto carece de debate no campo da Filosofia Moral e da Política (Sutcliffe, 1998).

Ou seja, o modo como a realidade migratória é estudada pode encerrar em si mesmo algumas contradições, assentes em ideias pré-concebidas que importa desmontar. Uma vez que apenas uma minoria da população mundial é migrante, investigar as causas da emigração, em vez das causas da não-emigração, permite, de algum modo, pensar que a migração internacional é um fenómeno antinatural, irregular, e que por isso tem que ser estudado. Assim sendo, e de acordo com a linha de pensamento de B. Sutcliffe (1998), estamos perante a existência de um preconceito em torno do tema: “uma sociedade que gera muita emigração é considerada uma

sociedade problemática ou patológica. E às vezes assim se considera também o migrante: a pessoa que viola a norma de desenvolver a sua vida no sítio ao qual ‘pertence’” (1998: p. 15).

Considera-se pertinente este questionamento de B. Sutcliffe sobre o pressuposto que despertará o tão grande interesse das ciências sociais pelo fenómeno migratório, já que este é inegavelmente um empreendimento minoritário no contexto global da população humana. Percebe-se facilmente, porém, que o facto de se tratar de algo residual em termos estatísticos não reduz a sua importância enquanto manifestação, uma vez que os seus musculados impactos sociais e pessoais resultam, por si só, num argumento categórico que justifica tantas e tão profundas análises. Mas, por outro lado, se se seguir o peculiar, e talvez controverso, raciocínio de B. Sutcliffe, consegue-se mais facilmente compreender porque meio o sujeito emigrante pode surgir concebido como um transgressor, como o elemento estranho que é fonte de transtorno e contrariedade. Esta perspectiva tende a não levar em consideração os múltiplos desafios que a migração coloca, tanto no plano pessoal, quanto a nível coletivo.

A deslocação de pessoas tem repercussões a vários níveis, desde logo, e inevitavelmente, para o próprio protagonista da ação, que deixa para trás um capítulo de vida, arriscando, por vezes sem grandes garantias ou salvaguarda, iniciar outro. Mas as consequências da migração têm um impacto ainda maior, sendo sentidas para lá das estórias pessoais. Recorde-se que este fenómeno se traduz no abandono de um local e de uma sociedade de origem perante a escolha de outra geografia e de outra comunidade, pelo que os seus efeitos se repercutem dos dois lados, o de partida e o de chegada, nomeadamente em termos económicos e culturais, à dimensão de um país e da sua sociedade.

O que se segue à deslocação é sempre um enigmático e multifacetado processo que se materializa em diferentes planos, como o da legalidade ou o da adaptação a uma nova comunidade, numa resposta de resiliência e adequação a uma série de estímulos e condicionantes, variáveis segundo os momentos e os contextos. Tratando-se de migração internacional, o plano da legalidade, a questão jurídica, assume particular protagonismo, uma vez que a mudança de país implica, quase sempre, uma sustentação legal e uma alteração do *status* jurídico da pessoa. Ou seja, para além de uma série de outras manifestações, a migração internacional tem também, e sempre, uma componente política (Sutcliffe, 1998), naturalmente relacionada com o modo como as sociedades encaram e se posicionam em relação à chegada de comunidades de outras proveniências.

O migrante internacional vê-se envolvido em processos de regularização da sua condição de estrangeiro, sujeitando-se ao sistema jurídico do país que o acolhe. Por vezes, estes procedimentos são morosos e difíceis, colocando o recém-chegado num contexto de precariedade que o torna extremamente vulnerável, refém de uma condição irregular. Vale ainda lembrar que, para além dos próprios critérios de regularização, o acolhimento de comunidades estrangeiras compreende também mais amplos interesses políticos e económicos, que se prendem com questões como a necessidade de mão-de-obra de determinado país, a maior ou menor vitalidade da sua economia ou o seu contexto de carência ou excedente demográfico. Em conjunto, todos estes fatores pesam na balança que pode favorecer ou dificultar a vertente jurídica da migração internacional.

O modo como todas as contendas legais e políticas são ou não resolvidas, faz emergir um outro ponto, que é igualmente central em matéria de migração internacional, e que tem a ver com os direitos humanos, tópico que, para alguns autores, é também detentor de contradições. Está em causa a prerrogativa, habitualmente prevista na lei, de que qualquer indivíduo tem o direito de sair do seu país, sem que, em simultâneo, se contemple o seu direito a entrar em outro. Isto favorece cenários de profunda debilidade, ilegalidade e violações de direitos humanos (Golash-Boza e Menjívar, 2012: p. 1222/1223): “o direito à mobilidade – não apenas o direito a sair, mas também a entrar – é uma omissão séria na doutrina dos direitos humanos, pois a sua negação conduz à violação de outros direitos humanos”. Este é, mais uma vez, um fator que submete o migrante a uma condição de fragilidade, que o torna presa fácil de ações criminosas. Ou seja, o migrante é remetido para uma situação de instabilidade que se pode tornar muito perigosa.

1.1. Deslocações forçadas: guerra, religião, desastres naturais

O migrante faz-se na mobilidade, na troca de lugar, mas nem sempre ela ocorre por vontade própria, de acordo com uma escolha feita em total liberdade. Pelo contrário, por vezes a deslocação é involuntária, forçada, concretizando-se no avolumar do número de refugiados e pedidos de asilo pelo mundo. São, essencialmente, pessoas que fogem da guerra e de perseguições políticas ou religiosas, bem como de catástrofes ambientais, dando corpo a situações de grande vulnerabilidade. Ao contrário do que acontece com o migrante que livremente decide mudar-se para outro território em busca de uma vida melhor, de uma oportunidade profissional mais aliciante e compensatória, ou de aventura, as deslocações

forçadas surgem como uma contingência para aqueles que se sentem obrigados a tentar escapar, para sobreviver, por exemplo, a um conflito armado ou a um sismo de grande magnitude.

Na retaguarda destes casos, já naturalmente marcados pelas dificuldades inerentes aos contextos que os originam, estão ainda, muitas vezes, episódios dramáticos, agravados pelas adversidades da migração ilegal, tantas vezes associada à prática de crimes como o tráfico humano. Constituindo uma fatia significativa do bolo da migração, estas migrações forçadas, que não resultam de uma opção feita em total liberdade, é que devem ser vistas como patológicas, como algo nocivo (Sutcliffe, 1998), danoso das expectativas e da dignidade dos envolvidos, custando-lhes tantas vezes a vida. Esclareça-se, porém, que nem sempre a migração forçada tem subjacente um cenário de declarada coerção, podendo verificar-se apenas a existência de um contexto de pressão, sem um real constrangimento, no sentido de uma efetiva imposição.

Em termos históricos, é possível apontar uma série de situações que remetem para contextos de migração forçada, aquela em que a deslocação, a mudança para outro território, não resulta da escolha totalmente livre e natural dos envolvidos, mas sim de um contexto de condicionamento, de maior ou menor gravidade. Desde o início do século XXI, um dos exemplos mais flagrantes de migração forçada está associado à perseguição religiosa, e remete para o povo Rohingya, obrigado a deixar Mianmar e a mudar-se para países vizinhos, como o Bangladesh. O caso protagonizado por esta etnia de credo islâmico tem sido mesmo apelidado de genocídio praticado pelas autoridades da antiga Birmânia, onde a maioria da população é budista. Também a guerra produz deslocações involuntárias de pessoas entre fronteiras. É o caso do conflito sírio, que gera, há vários anos, uma volumosa massa de refugiados. Segundo a Agência de Refugiados das Nações Unidas, desde 2011, mais de 5 milhões de pessoas abandonaram a Síria. O conflito armado tem atingido ainda cidadãos de outros países do Médio Oriente, que se têm visto compelidos a deixar os seus territórios de origem, desde que começou a designada a Primavera Árabe.

Do outro lado do planeta, é possível mencionar a Venezuela como palco do êxodo expressivo da sua população, que atravessa as fronteiras rumo a países vizinhos, como a Colômbia ou o Brasil. É claro que o caso venezuelano não é similar, nem comparável, ao sírio, uma vez que o país não se encontra em guerra. Também é certo que a população venezuelana não é vítima de perseguição religiosa, como acontece com os Rohingya. Contudo, uma massa humana

significativa vê-se na necessidade de deixar o seu país, procurando libertar-se do contexto político e socioeconómico em que vive, sob o regime do presidente Nicolás Maduro. De um modo geral, as deslocações forçadas entre fronteiras internacionais continuam a aumentar no mundo, verificando-se um crescimento do número de refugiados e pedidos de asilo em cerca de 13 milhões, entre os anos de 2010 e 2017. Este valor numérico constitui cerca de um quarto do aumento total dos valores da migração internacional. O Norte de África e a Ásia Ocidental receberam 46 % destas pessoas, de acordo com a ONU (2019).

Ainda que sejam milhões em trânsito involuntário, e que as suas estórias despertem uma onda de comoção mais ou menos generalizada pelo mundo, nem mesmo as maiores tragédias são garantia de uma solidariedade efetiva, materializada na abertura de fronteiras e no subsequente acolhimento. Nas palavras de B. Sutcliffe (1998: p. 46): “apesar do facto destas pessoas serem consideradas vítimas e dignas da ajuda internacional, a muito poucos, mesmo em casos em que a possibilidade de regresso ao país de origem é escassa, é permitida a entrada nos países desenvolvidos, que contam com mais recursos do que os países do sul”. Na opinião do mesmo autor, isto evidencia, ainda, “um alto nível de hipocrisia” (p. 46), o que surge plenamente confirmado quando se compara os discursos oficiais com as ações concretas em benefício de quem se vê forçado a migrar. Esta observação é indesmentível, uma vez que, em teoria, quase todos os países do mundo reconhecem o estatuto de refugiado, mas muitas destas pessoas são submetidas a uma espécie de limbo, vendo as suas vidas reduzidas à incerteza.

Todo este panorama obriga a que se fique de acordo com o perfil traçado sobre os fenómenos migratórios implicarem um conjunto de eventos de teor primordial, global e intrincado, materializando-se a nível interno e externo e interferindo, direta e indiretamente, com a vida das pessoas em muitas partes do mundo. Acrescente-se que, quando se manifesta por livre escolha do indivíduo, a migração pode representar uma fascinante e audaciosa faceta do comportamento humano, que nos torna, a todos, capazes de reiniciar e reescrever a vida perante o diferente e o desconhecido, arriscando, descobrindo, transformando. Também se compreende o indiscutível interesse de estudo destas matérias, sobretudo se a intenção for a busca de propostas e soluções que contribuam para uma melhor convivência entre os migrantes e as comunidades que os acolhem. É, contudo, de lamentar a carência evidente em matéria de solidariedade humana e flexibilidade institucional em torno das migrações forçadas e, mesmo, das voluntárias. É que, para quem migra, ainda que voluntariamente, as dificuldades podem ser inúmeras, designadamente no que concerne a questões burocráticas.

Por isso deve ser subscrita a ideia de serem nocivas as deslocações forçadas, que tantas vítimas produzem pelo planeta.

2. Cultura, identidade e dupla pertença: um trio dinâmico de conceitos

Seja qual for o tipo de movimento migratório em questão, existem algumas noções e conceitos que são fundamentais para ajudar a entender o novo contexto daí resultante. A mobilidade, como meio de sobrevivência ou estilo de vida, encerra uma série de motivações e revela-se um acontecimento pleno de consequências que se desenrolam a vários níveis. Um deles é de grande delicadeza e concerne à própria questão identitária do indivíduo que deixa a sua sociedade de origem para se estabelecer em outra, que corresponde a um contexto diverso do anterior, e que é marcado por características e modos de vida próprios, distintos. Como se adapta o migrante internacional ao país de destino? Mantém-se fiel à sua origem soiocultural? Ou, por outro lado, absorve as influências da nova sociedade em que está inserido? É possível estabelecer um equilíbrio entre as duas realidades? Como se processam as vivências destes indivíduos e suas pertenças culturais?

É indesmentível que a migração se revela como ferramenta que pode beneficiar a aproximação entre diferentes grupos humanos, com as suas respetivas identidades, hábitos, idiomas. Esta possibilidade de contacto facilitada pela deslocação manifesta-se de modo constante e nos mais diversos palcos da vida social. Trata-se da partilha de áreas residenciais, escolas e espaços públicos em geral, da convivência entre diferentes idiomas e religiões, da adequação a nova moeda ou culinária diversa. A mistura e o relacionamento entre diferentes povos, implicam que todos se deparem com as particularidades dos seus diferentes modos de vida. O contacto cultural pode, então, ser visto como enriquecedor, resultando numa interação que promove a descoberta e a assimilação de novas manifestações socioculturais e seus significados. No entanto, os eventos de aculturação nem sempre ocorrem de modo pacífico, pois o estranho, aquele que vem de fora é, amiúde, objeto de imediata desconfiança. Esta situação é agravada se estiverem em causa interesses de ordem económica como, por exemplo, a disputa por recursos como postos de trabalho. O mesmo se pode dizer de questões que se prendem com o domínio da (in)segurança, tantas vezes avaliada em função da presença/ausência de grupos estrangeiros numa determinada comunidade.

É que todos nós somos portadores de cultura e todos nós manifestamos as nossas referências culturais de forma multifacetada e constante, demonstrando pertença a determinada identidade e representações culturais. Estas estão presentes em toda e qualquer criação humana, reunindo expressões materiais e imateriais plenas de significado, indissociáveis do modo como uma sociedade se estrutura e funciona, e os seus membros concebem o mundo e nele agem. Aquilo que comemos, como nos vestimos, a nossa maior ou menor expressividade enquanto falamos, a arte que criamos e apreciamos, o modo como organizamos a vida familiar ou interpretamos a realidade – são inúmeras as manifestações culturais que transportamos connosco e que expressamos no contacto com quem interagimos, partilhem eles, ou não, a mesma cultura. Mas as próprias realidades culturais devem ser pensadas como algo vivo, específico, mas ainda assim mutável e comportando sempre expressões plurais. Porque os seres humanos também são criadores de cultura, e isto acontece continuamente.

Esta perspetiva é concordante com a noção de C. Geertz (1973), que entende a cultura, não como um conjunto de padrões comportamentais, mas antes como uma série de mecanismos de controlo de que o ser humano depende para ordenar o seu comportamento. A cultura é assim encarada como condição essencial para a existência humana, pilar da sua especificidade: “(...) nós somos animais incompletos e inacabados, que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura: dobuana e javanesa, hopi e italiana, de classe alta e classe baixa, académica e comercial” (1973: p. 36). Ou seja, não há ser humano sem cultura, sendo esta uma verdade universal.

A cultura e a identidade cultural fazem parte de cada sujeito, resultando de um mecanismo social emaranhado que pode ser descrito como o processo relacional e contextual relativo ao modo como cada indivíduo e cada grupo se apresenta e se posiciona em relação a outro, de acordo com categorias sociais como o género, a sexualidade, a nação, a idade, a classe social ou a ocupação (La Barbera, 2015). Combinadas, a autorepresentação e a categorização social resultam num sentimento de diferenciação em relação aos outros que permite o reconhecimento da própria identificação e da diferença, gerando consequentemente sentimentos de inclusão e de exclusão. Estes sentimentos, por sua vez, podem ser reforçados e legitimados por legislação e políticas públicas (La Barbera, 2015). Ou seja, são muitas vezes os posicionamentos legais das sociedades a desempenhar um papel determinante no que concerne à reação de um grupo em relação a outro, a qual pode ser, deste modo, esbatida ou reforçada.

Portanto, a criação e vivência cultural é um processo contínuo e vivo, aberto. Esta estrada sem fim, este corpo em perpétuo movimento e transformação influencia e deixa-se influenciar. Em contexto migratório, o contacto entre culturas é rigorosamente inevitável, uma vez que as pessoas de comunidades diferentes se cruzam, tocam, mesclam. Os fundos culturais interferem reciprocamente, os sistemas humanos estremecem e as mutações ocorrem. Ora, a mobilidade para um novo país traduz-se no confronto dos referenciais que constituem e definem um indivíduo com a nova realidade que ele encontra. Chegado ao seu destino, o migrante depara-se com uma série de outras representações, é envolvido por novos modelos comportamentais, é arrastado para todo um universo de símbolos desconhecidos. Ao mesmo tempo que absorve os novos estímulos e se adapta, não apaga o seu passado, nem o seu sentimento de pertença cultural anterior. O que ocorre é um processo de síntese, de agregação, de reciclagem, tipicamente expresso na noção de sincretismo ou no conceito de aculturação.

Mas para que isso aconteça, impõe-se um reajustamento, o que nem sempre é fácil, nem pacífico. Na realidade, o reconhecimento mútuo da diferença, entre o sujeito que chega e a comunidade que ele encontra, pode mesmo ser gerador de grandes e recorrentes conflitos. Quando o contacto e o relacionamento entre indivíduos de diferentes culturas, não se dá de forma serena, a divergência e a confrontação, quer ao nível dos mais simples hábitos quotidianos, quer em termos de questões ideológicas de maior complexidade, provocam o choque.

A desconfiança em relação ao outro, ao que é de fora e é encarado como intruso, é uma das faces mais problemáticas da migração. Este posicionamento é lamentavelmente comum, demasiado comum, e as suas consequências podem ser devastadoras. Envoltos em preconceito, a suspeita sobre aquele que é forasteiro e diferente pode traduzir-se numa série de resistências que se manifestam de modo tácito, através de um simples olhar de reprovação ou indiferença, ou de maneira explícita, pela discriminação e pelo levantamento de entraves e barreiras à integração dos novos grupos.

Por outro lado, é certo, também, que podem existir resistências da parte daqueles que chegam, tantas vezes imbuídos de um espírito em que falta a maleabilidade que se espera de quem quer descobrir um modo de vida diverso e com ele estabelecer uma relação de convivência, procurando adaptar-se. Ou seja, a estranheza é, recorrentemente, mútua, resultando no surgimento de problemas sérios, que podem atingir uma dimensão política

evidente. Quando assim acontece, produz-se o empobrecimento de duas ou mais comunidades, que perdem a oportunidade de se valorizarem mutuamente perante a possibilidade de comunicação intercultural e permuta cultural.

Refira-se ainda que, por vezes, este desarranjo, esta falta de sintonia e diálogo entre o migrante e a sociedade de acolhimento se pode manifestar de modo preponderantemente pessoal, sobretudo na forma de um conflito interno vivido pelo próprio migrante. As dificuldades de contacto não são sentidas de forma abstrata, mas experienciadas de modo pessoal, trate-se de um homem ou de uma mulher, de um indivíduo que se desloca sozinho ou daquele que se muda em contexto familiar. Este processo pode resultar mesmo no surgimento de um problema identitário complicado e difícil de resolver, quando o migrante não consegue identificar-se com nenhum dos fundos culturais entre os quais vive: o de partida e o de chegada. Isto será especialmente flagrante no caso de migrantes de segunda geração e, portanto, indivíduos que, para além do trabalho, também frequentam outros espaços de socialização e interação, como a escola, o que se traduz numa maior exigência em termos de readaptação da sua identidade cultural originária (Vargas Evaristo, 2010).

O cenário pode revelar-se tão incoerente e dramático quanto o descrito por Karina de Matos Marques no artigo “Imigração portuguesa na França e dupla pertença cultural: a força da palavra paterna como interdição da cultura de origem no romance *Poulailler* de Carlos Batista”. O texto analisa a obra *Poulailler*, que é da autoria de um filho de portugueses nascido em França, e que foi publicada em 2005. Nela é retratada exatamente a angústia de um descendente de emigrantes portugueses de primeira geração, que enfrenta uma impressão antagónica entre a dupla pertença e o sentimento de não fazer parte de nenhuma das duas culturas: nem a portuguesa, nem a francesa (Matos Marques, 2012).

Segundo a análise proposta, o romance *Poulailler* narra o estado de agonia em que vive António Salgado, dividido entre os mundos com os quais é obrigado a conviver, sem que consiga identificar-se com qualquer um dos dois. Embora já nascido e educado em França, o personagem mantém-se intimamente ligado à realidade portuguesa que define o ambiente de sua casa, espaço em que vigoram o idioma e as tradições do país de origem de seus pais. O sentimento de dupla pertença de Salgado traduz-se numa dolorosa experiência criada pela dicotomia entre a vivência no lar e a vida exterior, na sociedade francesa, marcada pela forte discriminação contra os estrangeiros.

A ponte entre os dois mundos vividos por Salgado é, então, a violência, e também ela se manifesta dos dois lados. Dentro de casa, o protagonista da obra coabita com a agressividade do pai, enquanto eco de uma existência plena das dificuldades económicas e da dureza de carácter próprias da ditadura de Salazar. Na rua, o filho de portugueses enfrenta a hostilidade inexorável dos franceses. Dividido entre duas realidades com as quais não consegue harmonizar-se, este homem vive atormentado com a sua dupla condição: “para Salgado, o trauma de não conseguir pertencer à cultura portuguesa como seu pai e sua frustração por não se integrar à cultura francesa, satisfazendo o desejo de seu progenitor, é uma dor constante” (Matos Marques, 2012: p. 59).

A solução que ameniza o sofrimento de António Salgado é o refúgio que encontra no galinheiro – *poulailler* em francês – tanto em casa dos pais, quanto na residência dos patrões. É entre as galinhas que o filho de emigrantes portugueses manifesta a sua impossibilidade de adaptação à sociedade francesa e à cultura portuguesa. Curiosamente, é também no galinheiro que o protagonista do livro de Carlos Batista reproduz a violência de que é vítima por parte de seu pai, tornando-se ele próprio cruel com as aves: “lá podia ‘cantar de galo’, expressão metafórica para a imagem deste animal que, supostamente, comandaria galinhas e pintos, fêmeas e filhos machos de virilidade ainda não amadurecida” (Matos Marques, 2012: p.51). Recorde-se, a este propósito, que o galo é símbolo nacional, tanto em França, quanto em Portugal.

Exemplos concretos, como o ficcionado de António Salgado, retratam eventuais sentimentos de perturbação e inquietude provocados pela dupla pertença, a qual resulta da própria condição de migrante, aquele que se desloca, deixando o seu “mundo” por outro, com o qual tem, necessariamente, de interagir. Contudo, nem sempre é assim, e sentimentos de dupla pertença e sincretismo cultural podem ser vivenciados de modo positivo, quando o indivíduo é capaz de experienciar, proveitosamente, duas realidades culturais, combinando-as no seu quotidiano, enriquecendo-se com a conciliação. Kenneth D. Madsen e Ton van Naerssen (2003) afirmam que a identidade nacional é sempre significativa para os indivíduos, mas ressalvam, no entanto, que a sua importância pode variar em função da própria realidade histórica de determinada nação.

O ambiente e a sensação de adversidade que resultam do encontro com um novo país e o contacto com uma nova sociedade podem ser marcantes e altamente temerários, do ponto de vista de eventuais consequências em termos de dificuldades de adaptação, ou mesmo de

incompatibilidades e contendas geradas com os novos parceiros sociais. Contudo, e tratando-se, em particular, de migrantes de segunda e terceira geração, a oposição e as contradições entre a comunidade de origem e aquela que é adotada, em que já se nasceu, podem ser mais facilmente redimensionadas, facilitando a vivência da dupla pertença. Estes indivíduos estão mais expostos à comunidade de acolhimento do que estiveram seus pais ou avós, desfrutam de vivências mais abrangentes e plurais, dispendo de um contexto global mais híbrido. Sendo a aquisição cultural um mecanismo incessante, que incorpora diferentes realidades humanas, a articulação harmoniosa do sentimento de pertença a duas comunidades revela-se, conseqüentemente, uma possibilidade maior.

O fenómeno migratório e as questões identitárias são, em suma, indissociáveis, podendo manifestar-se em renovados sentimentos de pertença, que resultam de complexos processos de assimilação e (re)interpretação das diferenças e limites sociais. Tudo isto é, necessariamente, facilitado ou dificultado pela receptividade da comunidade de acolhimento, que pode aceitar ou rejeitar o grupo minoritário. Importa ter consciência de que, como defende La Barbera (2015: p. 4): “o outro e o eu não estão claramente definidos como categorias constantes, mas servem de referências situacionais de mudança usadas em relação a indivíduos que se querem autodefinir no âmbito de um contexto de interação maior”.

Sublinhe-se, assim, esse traço excepcional desta característica única que distingue a Humanidade. Somos seres culturais e as culturas interpenetram-se. O encontro de pessoas e culturas resulta em trocas e interferências que conduzem ao rearranjo e à renovação de cada uma das partes envolvidas. O resultado pode ser mais ou menos tranquilo, mas é certo que a vivência pacífica de uma influência mútua é seguramente geradora de um incomensurável engrandecimento recíproco.

Apreender significados de uma nova cultura, à qual se chega, não representa uma renúncia à cultura de origem. O que se deseja é exatamente o desenvolvimento de um salutar e benéfico sentimento de dupla pertença, capaz de inspirar e ajudar a vivenciar dois mundos e suas respectivas manifestações. Sem perder a respetiva identidade anterior, o migrante pode e deve absorver novos modelos, do mesmo modo que a comunidade que o recebe deverá mostrar-se receptiva à descoberta daquilo que ele tem para partilhar. É deste modo, através de uma saudável interpenetração cultural, que são produzidas sociedades plurais, plenas de um potencial humano que se manifesta, naturalmente, de modo mais fecundo e diverso.

Refira-se que o processo migratório, quando conduzido de um modo adequado, pode ser, manifestamente, bem-sucedido. Este resultado positivo não se confina ao êxito alcançado pelo migrante quando atinge os seus objetivos mais imediatos, em termos de trabalho e melhoria de condições de vida. Para além de poder conferir uma nova oportunidade ao sujeito que se desloca, a migração pode ainda dar outros e mais variados frutos. É o caso de uma interação salutar entre indivíduos de diferentes culturas, capaz de produzir sociedades mais ricas e diversificadas, na plena vivência da sua heterogeneidade identitária.

Capítulo II

Portugal, país de alma ambulante

Neste Capítulo II são recordados os principais fluxos migratórios internacionais de portugueses e a sua importância e significado, ao longo do tempo, para a história e para a vida das pessoas deste país. Procura-se, assim, sumarizar cronologicamente os momentos-chave da emigração nacional, bem como dar a conhecer o contexto em que eles se materializaram. Segundo alguns autores, este diversificado itinerário começa em Ceuta, no século XV, passando depois pelo Brasil, seguindo caminho pelas mais fortes economias europeias e chegando às novas potências africanas, que foram antigas colónias nacionais. Esta longa viagem não termina, não chegará jamais ao fim. O movimento e a mudança parecem estar na essência deste povo e, talvez por isso, os portugueses vivam como andarilhos, continuando, ainda hoje, a emigrar. A grande diferença entre o passado e o presente é que, atualmente, este é também um país de imigrantes. E enquanto uns partem, outros chegam e ficam, para viver e trabalhar por aqui.

1. Brasil, França e outros destinos clássicos

Na escola, no trabalho, entre os amigos e os vizinhos e, até mesmo, no seio familiar, o emigrante é, indiscutivelmente, uma referência muito comum em Portugal. De um modo ou de outro, quase todos conhecemos alguém que foi trabalhar ou, mais recentemente, estudar em outro país. Tradicionalmente, trata-se de imagens associadas a figuras como os chamados “chefes de família”, homens adultos que partiam sozinhos de modo a garantir o sustento das mulheres e dos filhos que deixavam para trás. Mas, ao longo do tempo, houve igualmente casais, e até famílias inteiras que se mudaram, dando origem a novas gerações de portugueses já nascidas no estrangeiro. Mais contemporâneo é, certamente, o perfil de jovens estudantes ou de indivíduos mais velhos, de ambos os sexos, com grandes qualificações técnicas e académicas, que também escolhem sair de Portugal. Brasil, França, Alemanha e Suíça estarão entre o que podemos designar de destinos clássicos da emigração portuguesa, países que marcaram o fenómeno pelo elevado número de pessoas que foram mobilizando. Nas últimas

décadas, tornou-se também corrente a deslocação para outras nações, como o Reino Unido, Angola e Moçambique, destinos associados a novas oportunidades laborais e de investimento. Seja na Europa, em África ou nas Américas, os portugueses vão, essencialmente, à procura de economias sólidas e dinâmicas, bem como de territórios privilegiados em termos de riquezas naturais. O objetivo é viver melhor.

De facto, o fenómeno da emigração é entendido, por diferentes autores (Arroteia, 2001; Baganha, 1994), como uma realidade constante em Portugal, um elemento intrínseco ao funcionamento de uma sociedade marcada por uma série de debilidades e singularidades socioeconómicas, mais ou menos transversais à sua própria história. Como uma espécie de luz ao fundo do túnel, a procura por melhores condições de vida em países com mais oportunidades, sempre terá sido, para além de outras razões, o grande impulso da emigração portuguesa, designadamente durante o século XX: “a constância do fenómeno migratório em Portugal pode atribuir-se à permanência de profundas assimetrias regionais no país e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino” (Baganha, 1994: p. 959).

Mas já seria assim antes, muito antes, pois o início da emigração nacional chega a ser historicamente colocado, por alguns autores (Arroteia, 2001; López Martínez, 2003; Serrão, 1970), no século XV, quando Portugal invadiu Ceuta e, a partir daí, quando se deu o povoamento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, bem como quando ocorreram todos os subsequentes capítulos que dão corpo ao vasto período das explorações marítimas nacionais: “desde então, é de realçar a enorme saída da população portuguesa para África e para as Índias Orientais e Ocidentais, facto que passou a ser uma constante desde o início do século XVII após a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas no Brasil e o arranque da emigração para estas paragens” (Arroteia, 2001: p.2).

Ou seja, de acordo com uma perspetiva mais ampla em termos históricos, e não estabelecendo uma distinção firme entre o que é um colono e um emigrante, é possível apontar uma grande diversidade de destinos que receberam os portugueses ao longo dos séculos, o que aconteceu, em parte, pela própria dispersão geográfica das explorações marítimas. No entanto, é manifesto que a migração internacional deste país ficou marcada por dois grandes movimentos, que se destacam pela extraordinária mobilização que geraram. As designações variam de acordo com os autores (Baganha, 1994; Arroteia, 1983), mas apontam sempre no sentido de uma rota mais longínqua, designada como intercontinental ou

transoceânica, que inclui territórios como o Brasil, os Estados Unidos e a Venezuela; e de outra bastante mais próxima, apelidada como intraeuropeia, por ter como destino países da Europa Ocidental, como França e Alemanha.

O movimento transoceânico ou intercontinental terá tido início há cerca de 400 anos e colocou o Brasil como o principal destino das emigrações nacionais durante um longuíssimo período. “(...) o Brasil constituiu desde meados do século XVI até aos primeiros anos da passada década de 60 o principal destino da emigração portuguesa” (Arroteia, 1983: p.19). Recorde-se que os primeiros colonizadores e os seus descendentes constituíram a maioria da população branca do território nos séculos XVI, XVII e XVIII, sendo eles os grandes proprietários locais e aqueles que ocupavam as principais posições administrativas (Barbosa, 2003). Só durante a primeira metade do século XVIII, e após se ter dado a descoberta das minas de ouro, terão sido mais de 500 mil os cidadãos nacionais a atravessar o Oceano Atlântico (Godinho, 1978, p. 9, *apud* López Martínez, 2003, p. 4).

Quanto ao período histórico seguinte, o do século XIX, é de referir a importância de acontecimentos determinantes, que terão tido um impacto no sentido da diminuição de saídas de Portugal rumo à sua antiga colónia sul-americana. Segundo J. C. Arroteia (1983), este decréscimo terá acontecido em função de algumas condicionantes políticas, como as Invasões Francesas e a transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro, que acabaram por conduzir à independência do território, em 1822. Porém, ainda durante a primeira metade desse século, seriam os portugueses a formar a maior comunidade imigrante em solo brasileiro, verificando-se chegadas constantes e massivas de gente que partia de Portugal (Barbosa, 2003). Para esta autora, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a ida de portugueses para o Brasil não só se manteve, como até aumentou de modo evidente, em parte devido às oportunidades laborais entretanto criadas pela abolição da escravatura, a partir de 1888.

Mais uma vez, a realidade é que o Brasil se manteve como o destino de maior importância para a emigração portuguesa até aos anos de 1960 (Barbosa, 2003), tendo recebido, segundo J. C. Arroteia (1983), portugueses oriundos de todas as regiões do país, com preponderância para gente do norte e do centro, essencialmente dos distritos do Porto e de Viseu. No âmbito do movimento transoceânico que marcou a emigração nacional, este autor menciona ainda outros países distantes que os portugueses escolheram para viver e trabalhar. Trata-se de destinos como os Estados Unidos da América, a Venezuela, o Canadá e a África do Sul, que

não correspondem a escolhas tão antigas quanto o Brasil, mas também serviram de palco à fixação de cidadãos nacionais fora da Europa.

A quebra da força deste fluxo emigratório de longa distância, que também podemos chamar de transatlântico, começa por coincidir com o período que se seguiu à Iª Guerra Mundial, acabando por dar-se a sua substituição por uma rota de maior proximidade geográfica. Trata-se do início do movimento intraeuropeu, que se intensifica, fundamentalmente, perante a falta de mão-de-obra e a necessidade de reconstrução decorrentes da IIª Guerra Mundial. É assim que França se torna o principal país de acolhimento dos portugueses que tentam escapar da miséria e da opressão política do Estado Novo. França passa a ser a escolha número um dos portugueses que procuravam melhorar de vida, mas as deslocações dos cidadãos nacionais que fizeram parte deste movimento intraeuropeu também aconteceram, em força, rumo à Alemanha (Arroteia, 1983).

Como já foi aflorado, ao longo do tempo vão mudando os destinos escolhidos, e as direções das grandes correntes migratórias vão sendo substituídas, em função de vários fatores. Parece evidente que a consituição destes fluxos internacionais é inseparável do próprio percurso histórico do país, no que concerne, em particular, aos movimentos de exploração marítima e seus consequentes processos de colonização. É neste quadro que o Brasil, desde sempre o território mais importante do antigo império colonial português, aparece como primeira e grande opção ao longo de um prolongado período, que tem início em meados do século XVI e se estende até ao século XX. Pleno de riquezas naturais e detentor de um espaço geográfico de escala continental, o Brasil manteve-se, assim, como destino principal dos movimentos migratórios que levaram os portugueses a fixar-se em países mais distantes.

Esta rota transatlântica, ou transoceânica, acabaria então por dar lugar a outro fluxo que se destacou em termos da emigração portuguesa, e que é conhecido como intraeuropeu. Neste caso, nações como França e Alemanha tornaram-se as grandes escolhas dos emigrantes nacionais. O fenómeno está, obviamente, relacionado com as consequências das duas guerras mundias que assolaram a Europa, provocando, por exemplo, uma natural falta de mão-de-obra, decorrente do elevado número de mortes ocorridas. O mesmo se pode dizer da necessidade de reconstrução das cidades europeias que ficaram destruídas em função dos conflitos.

Os portugueses passam a deslocar-se para territórios mais próximos do seu país de origem, onde formam comunidades significativas de trabalhadores, chegados para apostar nas

oportunidades oferecidas pela Europa Ocidental. Segundo I. Baganha (1994), foi em meados dos anos de 1950, que os fluxos migratórios internacionais portugueses se tornaram predominantemente intraeuropeus em vez de intercontinentais, regressando ao movimento inverso a partir de finais da década de 1970. De acordo com J.C. Arroteia (2001), entre meados dos anos de 1950 e o fim dos anos de 1980, foram contabilizadas cerca de um milhão de saídas oficiais, oriundas dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro, Viseu e Leiria.

Podemos afirmar, portanto, que, de um modo ou de outro, os grandes acontecimentos históricos nacionais, tal como os de âmbito internacional, têm funcionado como uma espécie de guião para a narrativa das migrações internacionais portuguesas. Estes marcos históricos tiveram sempre, como pano de fundo, o contexto socioeconómico deste pequeno país do sul da Europa, tradicionalmente débil e sem grandes oportunidades. Acrescente-se as condicionantes de ordem política, cujo papel foi particularmente importante durante a vigência do Estado Novo. É assim que, por mar ou por terra, gente de cá tem seguido rumo a outras paragens, onde a vida parece oferecer mais oportunidades de sucesso e renovação.

1.1. Ganhar a vida e fugir da ditadura

Traçado o panorama geral, em termos dos principais destinos da emigração portuguesa, podemos dizer que, relativamente à sua origem geográfica, os portugueses que foram partindo, ao longo dos tempos, eram oriundos de todas as partes do território nacional. Note-se, contudo, que houve um contributo significativo de regiões com maior densidade populacional, com destaque para o Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta, bem como para os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Em relação a quem emigrava, dizem os estudiosos que, inicialmente, o fenómeno se caracterizou como um movimento basicamente masculino, protagonizado por indivíduos com pouca instrução ou formação. Posteriormente, a partir da segunda metade dos anos de 1960, a emigração tornou-se, também, uma realidade das mulheres, em consequência do reagrupamento familiar (Arroteia, 2001).

Quanto às causas que funcionaram como motor dos movimentos migratórios, é indiscutível apontar, em primeiro plano, as já referidas razões de ordem socioeconómica, tendo em conta a pobreza e a escassez de recursos do país, pelo que as famílias viviam com grandes carências. Contudo, os portugueses também deixaram o território nacional por outros

motivos. É o caso das razões políticas, que remetem, necessariamente, para o período correspondente à ditadura e à guerra colonial em África, época fortemente marcada por perseguições e pela ausência de liberdade de expressão e de escolha. Este contexto atingia de modo particular os jovens (Arroteia, 2011).

Mencione-se ainda que é possível caracterizar a emigração nacional a partir de dados oficiais, que dizem respeito, portanto, aos movimentos de saída que ocorreram de forma legal. Contudo, é importante não esquecer o lado clandestino da emigração portuguesa, sobretudo em termos de jovens adultos (Arroteia, 2001), sendo de recordar, por exemplo, que do total estimado de 3.5 milhões de pessoas que terão deixado o território nacional entre 1900 e 1988, 25% tê-lo-ão feito de forma ilegal (Baganha, 1994).

Ao nível das consequências do fenómeno emigratório, refira-se, desde logo, a conquista de melhores condições de vida, por parte daqueles que saíram. É ainda de lembrar que, nos países de destino, os portugueses participaram do reforço de sociedades multiculturais – no fim dos anos de 1980, a diáspora nacional seria constituída por 4.6 milhões de indivíduos espalhados pelos cinco continentes. A nível interno, os movimentos migratórios contribuíram para o crescimento urbano e industrial, bem como para o desenvolvimento do setor bancário e do turismo. Mas a emigração nacional também provocou impactos negativos, como o despovoamento do interior do país. A população portuguesa residente ronda os 10 milhões de habitantes e haverá quase 5 milhões de emigrantes, o que comprova a dimensão inquestionável do fenómeno migratório em Portugal. (Arroteia 2001).

Venezuela, Argentina, Antilhas Holandesas e Bermudas surgem também apontados como destinos característicos da emigração nacional (Arroteia, 2001), mas é a presença de portugueses em países como o Brasil que demonstra a antiguidade do processo. Quanto a França, ela será, definitivamente, a nação mais procurada pela emigração portuguesa em termos mais contemporâneos. No que concerne a Espanha, cuja proximidade histórica, cultural e geográfica é impossível ignorar, vale referir que foi, ao longo dos tempos, palco de uma realidade oscilante, mas relevante, cuja origem remonta à União Ibérica (Arroteia, 2001). A título de exemplo, refira-se que, durante a Idade Moderna, Castela terá mesmo sido o destino número dois da emigração portuguesa, perante um cenário em que o fraco crescimento populacional espanhol se aliou a uma grave crise económica portuguesa, a partir do momento em que as duas coroas se juntaram (López Martínez, 2003).

1.2. Na atualidade: uma nação de emigrantes e imigrantes

Ao longo do tempo, constata-se que não são apenas os destinos da emigração portuguesa que vão mudando. Verifica-se que mudam também os perfis dos emigrantes e as suas motivações. Ao contrário do que acontecia no passado, em que a conquista de melhores condições de vida era a principal razão, quase a única, para alguém deixar o país, agora emigra-se também por uma série de outros motivos. Ainda há quem deixe o país para tentar encontrar um emprego melhor, mas também há quem saia para estudar, para investir capitais, ou apenas para descobrir e experimentar outras realidades pelo mundo fora. Por outro lado, ao mesmo tempo que continua a ver partir a sua gente, Portugal tornou-se, também, um país de imigrantes, recebendo cidadãos de outras nacionalidades que decidiram radicar-se aqui. Ou seja, a realidade atual é de um país de migrações, em geral (Góis e Marques 2018).

Ainda assim, é indiscutível que a emigração portuguesa continua a ser estrutural, tendo a sua evolução conhecido vários ciclos e abraçado um processo de reconfiguração – e diversificação – em termos de destinos, no início deste século (Góis e Marques 2018: p. 139): “os emigrantes do século XXI continuam a dirigir-se de forma preferencial para países europeus, tal como tinham feito os seus antecessores. A partir de 2005, esta emigração para os países da Europa Central e do Norte (2/3 das saídas totais) é complementada por fluxos migratórios que se dirigem para o hemisfério sul”.

De novo, a motivação de raiz socioeconómica, materializada na oportunidade de trabalho, é a característica essencial desta emigração mais recente, contemporânea, que diversifica os seus destinos e se distingue, também, de vários outros modos, nomeadamente em termos de uma maior participação feminina independente e de um alongamento em matéria de escalões etários (Góis e Marques 2018: p. 141): “emigra-se atualmente de espaços urbanos e rurais, do norte e do sul, do interior e do litoral, numa clara manifestação da natureza nacional da emigração portuguesa”.

Mas o Portugal atual é, igualmente, um país de imigrantes, escolhido por gente que vê oportunidades neste território do extremo sul da Europa. São pessoas provenientes de nações com as quais existem relações históricas, como o Brasil e Cabo Verde, de países com economias fortes como Itália, e também de origens tão distantes e improváveis quanto o Paquistão ou a China. Por cá permanecem ainda os imigrantes da Europa de Leste, que começaram a chegar em grande número no final dos anos de 1990. Portugal tornou-se um

país de imigrantes, mas mantém-se um país de emigrantes, cuja expressão máxima mais recente foi sentida no contexto da crise económica vivida no fim da década de 2010.

Em suma, pode-se afirmar que, neste país, a emigração tem sido um fenómeno inerente às próprias dinâmicas de uma sociedade pobre, que oferece poucas saídas de sucesso material para a sua população. Esta sociedade viveu também amordaçada por um longo período em que a sua alma esteve subjugada à guerra e à privação de liberdade impostas pela ditadura. Por tudo isto, os portugueses foram deixando o país, para trabalhar em nações que ofereciam mais oportunidades, ou para se evadirem do silêncio e da severidade do contexto político em que sobreviviam.

Os fluxos migratórios portugueses oscilaram entre dois grandes movimentos, um transatlântico, o outro intraeuropeu, destacando-se, como as grandes preferências, Brasil e França, respetivamente. No passado, emigravam, fundamentalmente, homens com pouca formação, ainda que as mulheres tenham marcado presença nas saídas, que muitas vezes ocorreram de modo clandestino.

Nos últimos anos, também pessoas qualificadas se tornaram emigrantes, e o país, para além de ser ponto de partida, é igualmente ponto de chegada para gente de outras origens. Será este o resultado de um mundo global e diversificado, em que as motivações de mudança contam com novos e mais apelativos argumentos, como a aventura, o exotismo e diferentes definições do que se entende por qualidade e estilo de vida. Ou seja, os portugueses, tal como tantos outros povos, continuam em circulação pelo mundo.

Capítulo III

Portugal e Marrocos: páginas da história do Mediterrâneo

Da valiosa herança histórica e cultural deixada por oito séculos de presença árabe e berbere na Península Ibérica, à conquista de Ceuta em 1415, e às relações bilaterais firmadas na atualidade, o Mediterrâneo e o Atlântico ligam desde sempre o que são hoje Portugal e Marrocos. Este Capítulo III é dedicado aos laços estabelecidos entre os dois países e os seus povos ao longo dos tempos, bem como ao contexto em que se materializa a quase desconhecida e pouco explorada emigração portuguesa para terras marroquinas. Recorremos aqui, não só ao suporte bibliográfico garantido por autores que se dedicam ao estudo do tema, mas também à informação disponibilizada por algumas entidades, como é o caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, da Embaixada de Marrocos em Lisboa, e da representação oficial portuguesa em Rabat.

1. O Al-Andaluz, Ceuta e a atualidade

A distância entre Lisboa e Rabat é inferior a 1000 km e o tempo de voo entre as duas capitais é de pouco mais de uma hora. Separados pelo mar, mas unidos pela História, Portugal e Marrocos ainda partilham ecos de um rico e intenso passado em comum. Tentar conhecer esta complexa e misteriosa trama é aceitar o convite para uma longa e apelativa viagem no tempo, sobre a narrativa que vem envolvendo os dois territórios há já tantos séculos.

O Al-Andaluz era o nome dado ao território islâmico da Península Ibérica sob o poder do califado Omíada e vigente a partir do século VIII. As marcas e influências deixadas pelos povos do Norte de África que constituíram o Al-Andaluz são sentidas e vividas pelos portugueses até hoje. Isto constata-se da gastronomia ao vocabulário de origem árabe que faz parte da língua portuguesa. A força e a riqueza deixadas por essa magnífica civilização são indiscutíveis e continuam a fazer parte da identidade do que é Portugal, detentor de marcas incontornáveis desse valioso passado. A título de exemplo, mencione-se os vestígios

arqueológicos da vila alentejana de Mértola ou o primordial legado que recebemos, em matéria de azulejaria.

As influências que persistem até à atualidade são, de facto, múltiplas, manifestando-se também na música e na dança, em termos de instrumentos como a guitarra e o alaúde, ou da mourisca, que ainda é dançada em festas de aldeia. Soma-se a presença árabe na poesia trovadoresca, na agricultura, em termos de métodos de cultivo e regadio, e ainda na olaria ou na cestaria. Ou seja, este país foi palco e é, também, um herdeiro direto dessa grande civilização que foi o Al-Andaluz, partilhando proximidade histórica e geográfica não só com o Magrebe, mas também com o Maxereque, pois, para todos, o Mediterrâneo é uma pátria comum (Alves, 1999).

No entanto, nem a vicinalidade, nem as vivências e partilhas que resultaram num importante património cultural deixado no território que se tornou Portugal, impediram a abertura de um tumultuoso capítulo de hostilidades, que se iniciou com a invasão de Ceuta, em 1415. Começava assim uma longa ocupação de 300 anos, que podemos considerar uma espécie de pré-colonialismo português, e que apenas se extinguiu na última metade do século XVIII, com o abandono da cidade de Mazagão – última praça mantida pelos portugueses, hoje chamada El Jadida – perante o cerco do monarca Sidi Muhammad ben 'Abd Allah (Farinha, 1999).

Até 1769, um longo período de domínio português em Marrocos foi desencadeado pela ambição política, contou com apoio religioso e beneficiou, naturalmente, da proximidade geográfica entre os dois territórios: “a tomada de Ceuta integra-se no desejo cristão de reconquista da África do Norte e de colonização portuguesa da parte ocidental desse território” (Farinha, 1999: p.5). Arzila, Tânger, Safim e Alcácer Ceguer foram outros pontos de que se apropriou o então Reino de Portugal, num território detentor de um espaço marítimo vasto, terras férteis e gente habituada ao comércio de longa distância. As praças marroquinas controladas por Portugal constituíram um dos lados do triângulo estratégico do Atlântico nacional, que incluía também as ilhas. E os interesses de Portugal neste território do Magrebe não se limitavam à Coroa, mas estendiam-se a outros elementos da sociedade, nomeadamente membros da nobreza e da alta burguesia. Mas também pequenos comerciantes, pescadores e artesãos se envolveram, participando em atividades relacionadas com o aprovisionamento das armadas (Farinha, 1999).

Só após a devolução de Mazagão, em 1769, é que os dois territórios iniciaram um novo ciclo da sua relação, outra vez assente em laços de cooperação e cordialidade. De acordo com informação disponibilizada no *website* da Embaixada de Portugal, em Rabat, foi em 1774, ano em que foram enviadas várias embaixadas ao sultão de Marrocos, que se firmaram relações diplomáticas entre os dois países. Desde então, e até ao estabelecimento do protetorado francês sobre o território marroquino, em 1912, vigorou uma etapa alicerçada no pressuposto da possibilidade de uma relação de aliança e amizade. Embora, durante este período, tenham ocorrido alguns pequenos incidentes, de um modo geral, terão vigorado a diplomacia e a cordialidade (Nadir, 2013).

Contudo, e também em virtude do interregno que representou para Marrocos o período de vigência do protetorado francês (1912 – 1956), só bem mais tarde, em 1957, abriu, em Lisboa, aquela que foi a primeira representação oficial de um país árabe e muçulmano. A Embaixada de Portugal em Marrocos surgiu três anos depois, em 1960. A partir de 1994, data de assinatura do Tratado de Boa Vizinhança, de Amizade e Cooperação, as duas nações firmaram uma série de pactos bilaterais, nas mais diversas áreas. Cultura e Ciência, Turismo, Defesa, Proteção Civil, Ambiente e Segurança Interna são apenas alguns exemplos dos diversos domínios abrangidos, com vista a estimular a cooperação entre os dois países.

No seu *site* oficial, a Embaixada de Marrocos, em Lisboa, evidencia as relações económicas estabelecidas com Portugal como sendo pautadas por uma série de acordos e memorandos, como é o caso do protocolo relativo à cooperação nos domínios da Energia, Águas, Minas e Meio Ambiente, que foi firmado em 2008. A mesma entidade refere ainda o comércio bilateral como sendo favorável ao nosso país, que é o 11º maior cliente de Marrocos, ocupando ainda o 19º lugar na sua lista de fornecedores. Entre os países da União Europeia subimos ao 8º lugar, em termos dos clientes de Rabat, e ocupamos o 9º do grupo de fornecedores.

Para além da diplomacia e do reconhecimento de um rico passado cultural comum, na atualidade, as relações entre os dois países são efetivamente marcadas por fortes elos comerciais. Fundada em 1986, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Marroquina tem, nesse processo, um papel indiscutivelmente relevante. Trata-se de uma entidade que visa a aproximação entre os dois mercados, promovendo o estabelecimento de vínculos económicos bilaterais e que conta já com o investimento, em solo marroquino, de cerca de 200 empresas portuguesas.

Ainda em matéria de relações económicas e empresariais, observa-se, por exemplo, que só no ano de 1999, o investimento português em Marrocos foi de quase meio milhão de euros, tornando-se, o nosso país, o maior investidor estrangeiro em solo marroquino. De um modo geral, os setores de maior aposta para o empresariado nacional são, entre outros, a construção, as telecomunicações, o têxtil e a metalomecânica, evidenciando-se a grande participação de empresas portuguesas em termos de projetos de infraestruturas, nomeadamente a nível ferroviário e rodoviário.

De 2004 a 2009, o número de empresas portuguesas instaladas em Marrocos passou de 45 para 150, levando à criação de mais de 30 mil empregos diretos. Em 2007 foi assinado o Acordo sobre a Promoção e Proteção Recíproca do Investimento, bem como foi criada a Associação Marroquino Portuguesa de Negócios, que passa, mais tarde, a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Portugal em Marrocos. Entre 2007 e o fim de 2008, as empresas portuguesas ganharam concursos públicos em Marrocos com valor superior a 700 milhões de euros. Parece, portanto, evidente, que as relações económicas entre os dois países se consolidaram bastante, no início do século XXI.

Pautando-se por uma linha de atuação de perfil mais transversal, foi ainda criado, em 1985, o Instituto Luso-Árabe para a Cooperação, cujo objetivo é promover o diálogo e a amizade entre o povo português e os povos árabes. A participação em fóruns de discussão e investigação internacionais, em domínios como o diálogo intercultural, a educação, a segurança e a defesa, e os próprios estudos árabes e islâmicos, fazem parte da missão deste organismo. Este Instituto encontra-se representado na maioria dos países árabes com os quais Portugal mantém relações diplomáticas, e possui ainda relação com países muçulmanos não árabes.

Através de uma consulta rápida ao *site* oficial do Turismo de Marrocos, verifica-se que a cidade El Jadida é também apresentada como a antiga Mazagão, e descrita como a cidade que foi construída pelos portugueses e cujos tesouros arquitetónicos, bem como a sua fabulosa mescla de influências culturais europeia e marroquina, lhe garantem lugar na lista de Património Mundial da Unesco. De facto, é na arquitetura que são encontradas inúmeras marcas da longa e firme presença portuguesa em Marrocos, como as fortificações de Arzila e Azamor. Mas para além do património edificado, existem muitas outras evidências da ligação a Portugal, e elas estão presentes na toponímia, na língua dialectal, bem como em termos dos próprios usos e costumes dos marroquinos (Farinha, 1999).

Perante tudo isto, não se poder ter dúvidas de que a relação entre Portugal e Marrocos foi e continua ser de grande intensidade. Ao longo do tempo, os dois territórios conheceram etapas de paz e de conflito, mas mantiveram sempre uma interação forte entre as suas populações. O resultado é uma intensa troca de influências, que tem enriquecido todos, aos mais diversos níveis. A geografia aproxima o sul da Europa e o Norte de África, e as estórias entre estes dois países abrangem ainda mais facetas do que se julga, sendo uma delas a emigração de portugueses para Marrocos.

2. Argentina e Andaluzia, dois destinos da emigração algarvia

Apesar da grande proximidade geográfica e dos fortes laços históricos, económicos e culturais existentes entre os dois países, Marrocos não faz parte da lista clássica dos países que são destino da emigração portuguesa. Talvez porque a sua economia não seja tão competitiva quanto a francesa ou a alemã, ou porque o seu território não pareça oferecer as oportunidades de outros mais vastos, como o brasileiro ou o norte-americano. No entanto, essa emigração acontece e sempre aconteceu, passando um pouco despercebida, certamente porque a perceção do distanciamento físico e cultural entre os dois países é maior do que o que efetivamente existe. Parece ser possível afirmar que houve, no passado recente, uma forte corrente emigratória para Marrocos (Cavaco, 1971; Anica e Dias, 2017). E, mais inesperado ainda, este país e as suas potencialidades continuam a ser, ainda hoje, alvo do interesse, da confiança e da curiosidade dos portugueses.

Desde o início do século XX que este movimento foi protagonizado, essencialmente, por algarvios oriundos das comunidades do litoral do sotavento, sendo possível falar-se de uma quantidade expressiva de deslocações provocadas pela miséria extrema. Refira-se ainda que muitas destas saídas aconteciam na sombra da clandestinidade, ocorrendo ao abrigo de um esquema organizado, previamente preparado de modo a lograr a deslocação das pessoas. Ou seja, a ida de portugueses para Marrocos nem sempre era legal, fundamentalmente em determinados períodos, devido à política de contenção de saídas, imposta pela ditadura do Estado Novo (Anica e Dias, 2017).

Atualmente, as idas de Portugal rumo a este país do Norte de África podem ser consideradas quase residuais, mas continuam a existir e dão corpo a uma realidade que tem tanto de singular quanto de multifacetada. Agora, as deslocações dos nossos emigrantes para Rabat,

Marraxuexe ou Casablanca assentam, não só na busca de novas oportunidades profissionais, como também em outras motivações, como o irresistível apelo do mistério e do exotismo característicos de um país que parece, efetivamente, um palco das mil e uma noites.

O fascínio único e magnetizante próprio das nações e das culturas de influência árabe é, aliás, um dos pilares sobre os quais assenta a realização deste trabalho. Marrocos, com as suas paisagens enigmáticas, o seu urbanismo de rosto tantas vezes medieval e a candura do seu povo representa, indiscutivelmente, um dos expoentes máximos da manifestação desse encantamento que se estende a todo o Médio Oriente. Acrescente-se a convicção de que existe realmente uma intimidade cultural forte, que reflete a própria proximidade geográfica e histórica que há entre os dois lados do mar, unindo portugueses e marroquinos.

Comecemos, então, pelo período menos contemporâneo, recuando ao tempo em que um universo significativo de portugueses do Algarve emigrava para Marrocos, tentando entender as motivações e o enquadramento do fenómeno. Um aspeto a reter é, portanto, que este movimento é antigo e se deu no âmbito de um contexto próprio, que se cruza com as características e particularidades da vida no sul do país. Sendo assim, para compreender esta tendência migratória começo por apresentar um esboço do perfil socioeconómico da província, recuando à transição entre os séculos XIX e XX, época que contextualiza o período em que a rota marroquina terá conhecido maior força: as primeiras décadas do século XX (Cavaco, 1971; Anica e Dias, 2017).

Refira-se, desde logo, que a conjuntura regional daquele tempo não seria muito diferente da que afetava o resto do país, no sentido de uma evidente debilidade económica das famílias, que era decorrente da pobreza generalizada e da falta de recursos e oportunidades. No Algarve, a estes ingredientes somava-se imediatamente outro, que tornava ainda mais difíceis as condições já precárias de sobrevivência da sua população, e que era exatamente a inegável pressão demográfica que se fazia sentir sobre o território (López Martínez, 2008).

Desde a segunda metade do século XIX que o Algarve era uma região populosa e habitada por gente jovem. Nesta província, e até ao início do século XX, o cenário apontava para um crescimento populacional muito superior ao da média nacional, com elevadas taxas de nupcialidade e natalidade, e uma das taxas de mortalidade mais baixas do país. Como resultado, foi-se gerando um modelo de alta pressão demográfica, caracterizado, em simultâneo, por uma forte proporção de jovens. Em 1890, 45,9% dos algarvios tinham menos de 20 anos de idade. No caso particular de Loulé, por exemplo, o Censo Geral de 1900 revela

que 37% dos residentes do concelho não tinham ainda ultrapassado os 15 anos de idade (López Martínez, 2008).

Mas o excesso de gente e a sua juventude não eram o único problema do Algarve. O retrato demográfico da região remete, também, para uma população sem grandes qualificações profissionais e um elevado grau de analfabetismo, pessoas essencialmente dedicadas ao trabalho no setor primário: 68,9% em 1890, de acordo com os censos. Diga-se, ainda, que no litoral da província, nas últimas décadas do século XIX, se verificou um importante desenvolvimento das atividades pesqueira e conserveira, fenómeno que funcionou como motor para o abandono dos espaços rurais e o conseqüente aumento do número de habitantes que se concentrava junto ao mar (López Martínez, 2008).

É em virtude deste enquadramento que se verificam as deslocações internacionais de algarvios, designadamente para regiões transfronteiriças próximas, onde pudessem trabalhar e melhorar de vida. Trata-se, nomeadamente, de saídas rumo à Andaluzia ocidental, que permanecia rural, mas comportava já um certo desenvolvimento industrial. Os habitantes do Algarve emigravam de forma regular, ainda que a título temporário, atraídos pelo vibrante crescimento económico registado em Huelva, graças à prosperidade de subsectores como a indústria mineira e a pesqueira e de conservas (López Martínez, 2008).

Era igualmente comum, durante os primeiros meses de verão, que os algarvios fossem também trabalhar no sul de Espanha para zonas com atividades cerealíferas (Cavaco, 1971), constituindo mesmo um dos maiores contingentes de mão-de-obra das grandes explorações agrárias da Baixa Andaluzia, na transição entre os séculos XIX e XX (López Martínez, 2008). Refira-se ainda que, no final do século XIX, a força do movimento migratório algarvio rumo ao sul de Espanha atingiu tal dimensão que o poder político dos dois países aceitou mesmo substituir a apresentação de passaporte por salvo-conduto, para efeito de trabalho sazonal (Anica e Dias, 2017).

Nesta região genericamente carenciada, as dificuldades afetavam de sobremaneira as comunidades do litoral, provocando a deslocação de pescadores e suas famílias, que tentavam encontrar meios de subsistência e escapar da pobreza que os assolava. Isso acontecia, especialmente, durante os meses mais frios do ano, quando a pesca era escassa (Cavaco, 1971: pp.51/52): “durante a temporada da sardinha e do atum tudo podia correr bem, mas no Inverno, e mesmo na Primavera, o peixe faltava, e com ele os ganhos, [pelo que] a população marítima via-se frequentemente a braços com a miséria”. Ou seja, os algarvios eram muitos e

tendencialmente jovens; precisavam assegurar meios de subsistência, mas não tinham grandes qualificações. A emigração constituía, assim, a solução natural, para quem estava disposto a arriscar a sorte, trabalhando fora do país.

Será também dentro deste enquadramento geral que se dá a emigração de algarvios para Marrocos. Trata-se, aparentemente, de um fenómeno peculiar no contexto nacional. Contudo, os algarvios eram já protagonistas de outras deslocações menos comuns, rumo a paragens distantes que eram distintas das escolhidas pela maioria do resto dos portugueses. Há registo, nomeadamente, de um grande número de algarvios instalados na Argentina (Borges, 2017). Ou seja, quando decidiam atravessar o Atlântico para trabalhar, os algarvios optavam por outro país sul-americano que não o habitual Brasil. Na passagem entre os séculos XIX e XX, os algarvios representavam um terço dos portugueses que emigraram para a Argentina, sendo que, no período decorrente entre 1855 e 1957, haveria cerca de 80 mil cidadãos nacionais naquele país. Os algarvios distinguiam-se também dos seus compatriotas pelo facto de se fixarem em todo o lado, da cidade de Buenos Aires aos seus arredores, bem como na Patagónia (Borges, 2017).

Essencialmente trabalhadores rurais em Portugal, na pátria do tango, as pessoas chegadas do Algarve dedicavam-se a atividades ligadas a áreas como comércio e serviços, ou à produção de flores. Em concreto, gente oriunda de São Brás de Alportel e Loulé é recordada pelo seu trabalho na indústria petrolífera da Patagónia, durante os anos de 1907 e 1908 (Borges, 2017). Mais tarde, no período de 1920 a 1929, a maioria dos emigrantes legais do Algarve, 59%, tinham ainda como destino a Argentina, que continuou a ser a opção de 36,3% da população da província durante a década de 1930 (Anica e Dias, 2017). É preciso, então, reconhecer, que a população do Algarve também participou da corrente migratória transatlântica nacional.

Ou seja, os portugueses do Algarve fizeram o mesmo que todos os outros que viviam com dificuldades e tinham esperança num futuro próspero, ainda que longe da pátria: saíram do país para melhorar de vida, deixando para trás a falta de oportunidades e o regime ditatorial sob o qual viviam, desde 1926. Porém, perante algumas dinâmicas específicas do extremo sul de Portugal, e uma situação geográfica particular, os algarvios tomaram opções diversas dos seus compatriotas. Tornam-se, assim, nos grandes protagonistas de rotas migratórias que se desenvolvem em direção a destinos menos comuns em termos de fluxos intercontinentais, como a Argentina. À escala quase local, os algarvios transferem-se em força para a vizinha

Andaluzia, onde se ocupam de trabalhos sazonais em atividades tão diversas quanto a pesqueira e a cerealífera. É reproduzindo uma lógica assente na proximidade que, tal como se deslocam em massa para o sul de Espanha, os algarvios vão também para Marrocos, território geograficamente vizinho onde o trabalho nas pescas é significativo e se apresenta, por isso, apelativo para gente de poucos recursos.

3. Miséria em Portugal, trabalho em Marrocos

Facilmente se conclui, então, que a emigração portuguesa para Marrocos é, no fundo, a emigração algarvia para Marrocos, a qual assume um perfil específico, no panorama global da emigração portuguesa. Este fenómeno terá conhecido o seu ápice a partir da Iª Guerra Mundial, altura em que foram criados pólos da indústria de conservas de atum na costa marroquina (Cavaco, 1971). Ocorrendo num contexto de grande precariedade socioeconómica, que funcionou como sua motivação essencial, este movimento é também influenciado por outros fatores. Um deles é, evidentemente, a proximidade geográfica entre o país de destino e a província do Algarve, que se encontra como que de braços abertos para o Norte de África. A curta distância e a possibilidade de uma ligação por mar, de uma população concentrada no litoral, tornavam a deslocação fácil para quem não tinha recursos para viagens mais longas e, conseqüentemente, mais dispendiosas (Anica e Dias, 2017).

A proximidade geográfica entre o Algarve e Marrocos está intimamente ligada a outro elemento a ter em conta nesta questão, que é a história e a tradição das relações mantidas entre os dois territórios e as suas populações. Ou seja, a rota emigratória marroquina alicerça-se também, de modo quase “natural”, em velhos hábitos de contacto e convivência estabelecidos entre o sul da Península Ibérica e o Norte de África. Importa não esquecer que, desde tempos muito antigos, que remetem para o período da longa ocupação portuguesa sobre os territórios do Norte de África, os pescadores nacionais estavam habituados ao mar rico da costa marroquina (Farinha, 1999).

Os algarvios seriam então conhecedores da existência de um oceano fértil, sentindo-se aliciados pela facilidade de uma viagem rápida e pouco dispendiosa, que não colocava exigências de maior às dificuldades económicas em que viviam. Saliente-se que, do outro lado do mar, Marrocos acenava com cativantes benesses financeiras e apelativas condições de trabalho. Nomeadamente a criação de pólos da indústria de conserva de atum no território

costeiro marroquino desencadeou fluxos volumosos de gente atraída pela possibilidade de ganhos e pelo nível das remunerações pagas. Segundo Cavaco (1971: p. 73): “a campanha durava 100 a 120 dias, oferecendo, por conseguinte, certa continuidade aos salários”.

A mobilização chegou a ser tal que, no início do século XX, a presença de portugueses em Marrocos era absolutamente expressiva, podendo falar-se em milhares de pessoas ali instaladas. Para além de pescadores, tinham emigrado também pedreiros e carpinteiros, que trabalhavam em obras importantes (Nadir, 2013). O ano de 1965 terá sido o último ano em que se verificam registos de emigração algarvia rumo à pesca e ao trabalho nas fábricas de conserva de atum em Marrocos. No entanto, em 1969, um número expressivo de traineiras portuguesas ainda pescava biqueirão em águas marroquinas (Cavaco, 1971).

Ou seja, depois da Guerra Civil espanhola (1936/1939) quase ter terminado com a migração rumo à Andaluzia, que era outro destino migratório importante para os portugueses do extremo sul do país, Marrocos (e também a Tunísia) continuam a ser um importante centro de recrutamento da mão-de-obra do sotavento algarvio. Este forte ciclo migratório só encerrou quando começou a escassear atum na costa marroquina, fenómeno que acarretou consequências ao nível da indústria conserveira, dada a falta de matéria-prima (Cavaco, 1971).

A questão de ordem económica, relativa à escassez de peixe, teve, obviamente um peso preponderante na entrada em declínio deste movimento migratório. Contudo, acrescente-se também o facto de o novo Reino de Marrocos, país independente, libertado após 44 anos de controlo francês, levantar obstáculos à imigração ilegal ocorrida no seu território (Anica e Dias, 2017). Este entrave terá afetado diretamente os algarvios, uma vez que muitos se deslocavam na clandestinidade, de modo a contornar as políticas de controlo impostas pela ditadura portuguesa. As políticas marroquinas terão, assim, dado o seu contributo para o enfraquecimento desta rota emigratória que se fazia rumo a Marrocos.

Paralelamente a isto, ia também ganhando cada vez mais força o movimento migratório intraeuropeu, rumo a países da Europa Ocidental, onde os portugueses começaram a fixar-se de forma expressiva. Sendo assim, foi já em período pós-independência de Marrocos (1956), quando os algarvios regressavam a Portugal ou começavam a ir trabalhar para França, que a escolha marroquina se tornou residual, perante um cada vez maior apelo da Europa e das suas oportunidades laborais, criadas no contexto do pós-guerra.

3.1. De canoa ou veleiro: clandestinos

A ilegalidade é, então, uma das faces desta corrente migratória, mobilizando o que seria uma considerável fatia do universo da emigração portuguesa para Marrocos. Isto acontecia num contexto em que as deslocações clandestinas dos portugueses estavam inevitavelmente associadas às políticas repressivas, implementadas durante a vigência do Estado Novo, no sentido da vigilância, constrangimento e até impedimento de saídas do país (Anica e Dias, 2017).

Ou seja, a rota emigratória com destino ao Norte de África comportava saídas legais e também clandestinadas. Se alguns algarvios emigravam ao abrigo de contratações das indústrias de conservas (Cavaco, 1971), outros, que não fazem parte das estatísticas oficiais, arriscavam a sorte, partindo sem qualquer tipo de garantia, durante a primeira metade do século XX. Este universo seria bem maior do que é possível apurar, pois parte destas pessoas conseguiriam efetivamente escapar ao controlo das autoridades portuguesas da época (Anica e Dias, 2017).

Deste modo, se, na primeira metade do século XX, a emigração legal algarvia se fazia, fundamentalmente, rumo à Argentina, os movimentos ilegais assumiam outras direções que, por serem menos dispendiosas, se tornavam exequíveis para quem não tinha mais possibilidades financeiras. É aqui que Marrocos surge como primeira opção, reunindo 73 % das preferências dos algarvios que partiam na clandestinidade. Seguiam-se Espanha e Gibraltar, com 12% e 7% das escolhas, respetivamente (Anica e Dias, 2017). Os anos de 1940 são apontados como os de maior concentração desta emigração clandestina, que se dava predominantemente durante o mês de agosto, e recorrendo a todo o tipo de embarcações, da simples canoa ao mais robusto veleiro.

De acordo com uma análise efetuada a 43 processos-crime em que 178 pessoas eram acusadas de emigração ilegal, nas comarcas de Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, entre as décadas de 30 e 70 do século XX, consegue-se esboçar o retrato destes emigrantes clandestinos. É possível afirmar que as partidas ilegais eram, essencialmente, protagonizadas por homens do litoral central e oriental algarvio, tratando-se de indivíduos de várias idades, ainda que com ênfase na faixa dos 25 aos 34 anos. Mas também havia participação de mulheres, essencialmente no grupo etário dos 45 aos 54 anos, que

acompanhavam os maridos ou procuravam o reagrupamento familiar. A maioria dos emigrantes eram casados, 61%, e tinham pouca instrução: 59% das mulheres e 29% dos homens seriam mesmo analfabetos (Anica e Dias, 2017).

Sendo uma atividade ilegal, importa retratar, igualmente, a forma como ela se encontrava organizada, como se dava o seu funcionamento, em termos mais práticos. Isto porque a saída clandestina de algarvios para Marrocos não envolvia apenas o indivíduo que emigrava, mas também outras figuras, que o auxiliavam a alcançar o seu objetivo. Trata-se do chamado aliciador, ou engajador, e também do transportador. Enquanto o primeiro se dedicava à obtenção de documentação falsa, o segundo encarregava-se da questão logística, procedendo ao transporte dos clandestinos – por vezes, a mesma pessoa desempenhava as duas tarefas. É de mencionar, ainda, a preponderância de mulheres não analfabetas no desempenho da tarefa de aliciadoras neste esquema da emigração ilegal algarvia (Anica e Dias, 2017).

Para além da crença numa realidade melhor, a emigração, particularmente a ilegal, pode ser lida também como um modo de resistência e oposição às austeras condições de vida existentes em Portugal, dado o incumprimento deliberado da legislação em vigor no país. As viagens faziam-se rumo a Gibraltar, Tânger, Rabat e Casablanca, onde se fixaram muitas famílias naturais de Olhão. Era durante a noite que os algarvios arriscavam a sorte, seguindo em lanchas de pesca que os levavam até navios localizados já fora das águas territoriais portuguesas, em pontos previamente determinados. Os emigrantes clandestinos eram oriundos das atividades piscatória, agrícola e artesanal, acreditavam que a ausência do país seria a título temporário, e colocavam a possibilidade de um processo de enriquecimento rápido, em nome do qual estavam dispostos a enfrentar grandes dificuldades e riscos (Anica e Dias, 2017).

Em suma, tal como aconteceu no resto do país, a emigração algarvia do passado teve a pobreza como seu grande impulso. No entanto, esta emigração foi condicionada e orientada por outras questões que ajudaram a defini-la como particular, em termos do contexto nacional. É o caso do excedente demográfico do Algarve, que ampliou as dificuldades económicas em que vivia a sua população. O mesmo se pode dizer da localização geográfica da província, que a colocava tão perto do Norte de África, assim viabilizando e potenciando a deslocação de quem não possuía orçamento para viagens mais longas e, conseqüentemente, mais caras.

Por outro lado, a pesca, enquanto atividade importante de subsistência, sempre empurrou pescadores e suas famílias para a costa fértil de Marrocos, um velho conhecido desta comunidade, que com ele mantinha contactos baseados na tradição de relações históricas e culturais antigas, embaladas pelo eco de um passado comum entre os dois lados do mar. O apelo tornou-se naturalmente maior perante a dinamização da indústria conserveira, geradora de postos de trabalho que se tornaram atrativos para os portugueses.

Importa ainda não esquecer que a vigência do Estado Novo se relaciona diretamente com a clandestinidade associada à emigração nacional, no século XX. Este contexto afetou uma significativa parcela de algarvios que escolheram mudar-se para Marrocos, arriscando uma relativamente curta viagem ilegal até ao Norte de África. Algumas destas pessoas acabaram, no entanto, por ser envolvidas em processos judiciais abertos no âmbito das mesmas políticas repressivas da ditadura. Os acusados não eram apenas os próprios emigrantes, mas também outros indivíduos que faziam parte e davam forma ao esquema de organização das viagens. Trata-se dos já referidos aliciador e transportador, que se dedicavam, respetivamente, à documentação e ao transporte dos algarvios que decidiam partir, de barco, escondidos no escuro da noite.

3.2. Portugueses em Marrocos hoje

Se é certo que a emigração portuguesa para Marrocos terá conhecido o seu expoente máximo durante as primeiras décadas do XX, também é verdade que os portugueses continuam a emigrar para este país do Norte de África, na atualidade. Falamos, no entanto, de uma realidade bastante diferente, em que as deslocações em massa foram substituídas por saídas residuais, que passam, mais uma vez, praticamente despercebidas. Na verdade, poucos saberão ou poderão imaginar que há, nos dias de hoje, pessoas que trocam Portugal por Marrocos, e preferem este país magrebino em detrimento de outros destinos aparentemente mais apelativos.

Mas a emigração de portugueses para Marrocos, de facto, mantém-se. Porém, ao contrário do que acontecia há 100 anos, quando este fluxo migratório era protagonizado por pessoas do Algarve, agora a situação é bem diferente. Atualmente, não são apenas os elementos das comunidades piscatórias algarvias que escolhem esta nação africana para se fixarem. Na verdade, hoje mudam-se para Marrocos portugueses oriundos de diversos pontos do país e

com contextos profissionais e faixas etárias também diferentes. Emigram homens e emigram mulheres sozinhas.

Também as razões que levam os portugueses a escolher Marrocos como destino de emigração são, no século XXI, muito mais diversificadas do que eram no passado recente. Ou seja, a emigração contemporânea não se dá apenas por motivação económica, por busca de melhores condições de vida, tentando escapar da pobreza e da falta de oportunidades. Alguns portugueses continuam a ir para Marrocos para trabalhar, é certo, mas outros escolhem este território também para estudar. Há ainda aqueles que não resistem ao enigmático apelo do mundo árabe, materializado numa geografia tão próxima. (MNE, 2019; Cavaco, 1971; Farinha, 1999).

No entanto, é difícil apurar, com rigor, o número de portugueses que atualmente residem em Marrocos. Isto acontece porque não existem, em relação a este país, dados tão abundantes quanto os que podemos encontrar relativamente a outras nações, que coincidem com destinos mais frequentes da emigração nacional. A emigração portuguesa em Marrocos não desencadeará, em termos de estudos científicos ou dados estatísticos, o interesse que despoleta a ida de cidadãos nacionais para destinos mais procurados e mais associados a boas oportunidades do mercado laboral. Contactado o Observatório da Emigração do ISCTE, percebeu-se que não possuía informação específica relativa à presença de portugueses em Marrocos, por exemplo em termos do número de pessoas, cidades em que se encontram e atividades que desempenham.

Contudo, é possível fazer uma aproximação do que será a realidade da emigração de portugueses em Marrocos. De acordo com informação disponibilizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, serão, no total, 1277 os portugueses que, de modo oficial, residem naquele país do Norte de África, na atualidade. Deste universo, 796 são pessoas do sexo masculino e 481 são mulheres. Estes números não contabilizam, obviamente, as pessoas que não oficializam a sua permanência, nem aquelas que, devido à extrema proximidade geográfica, poderão deslocar-se para exercer as suas atividades profissionais, sem residir no país. Acrescente-se que não existirão alterações expressivas de aumento ou diminuição dos números de registo de emigrantes nacionais residentes nesta nação magrebina.

Quanto à distribuição geográfica dos cidadãos nacionais em solo marroquino, pode-se avançar que, nos dias de hoje, os portugueses se encontram fixados, essencialmente, nas

cidades de Rabat, Mohammedia, Casablanca, Marraquexe, Tânger e Qenitra (MNE, 2019, contacto pessoal). Em termos das atividades profissionais que desenvolvem, não se verifica a preponderância do setor da pesca, o que é compreensível, uma vez que já não são sobretudo os membros da comunidade piscatória algarvia a emigrar.

Sendo assim, a realidade atual aponta, fundamentalmente, para portugueses que trabalham nas áreas da construção civil e serviços. Pude apurar também, pelo próprio decurso desta pesquisa, e como será exposto no Capítulo IV desta dissertação, que, tratando-se de um destino tão visitado, o turismo será, desde logo, um dos setores de maior aposta dos portugueses que agora se fixam em Marrocos. Mas também há quem escolha este país para estudar nas suas universidades, para aprender os seus idiomas ou para desfrutar de um determinado estilo de vida.

Ainda que apenas a título de curiosidade, posso referir ainda a existência de um grupo de *Facebook* designado *Portugueses a Trabalhar e a Viver em Marrocos*, que se propõe ser um espaço para a discussão de temas de interesse para quem trocou Portugal por Marrocos, bem como um palco de solidariedade e cooperação, que permita a criação de laços entre os cidadãos nacionais residentes naquele país. Consultando o material disponibilizado, constata-se que o grupo pretende ser uma espécie de ferramenta de auxílio a portugueses e lusomarroquinos fixados em Marrocos, através da partilha da mais diversificada informação, bem como do esclarecimento de dúvidas, seja de âmbito pessoal ou profissional.

A iniciativa conta com a adesão de mais de 2 mil membros, ainda que possa não ser exato que todos sejam, efetivamente, portugueses a residir em Marrocos. É comum que este tipo de grupo *online* atraia também pessoas que simplesmente apreciam Marrocos, bem como simpatizantes das relações estabelecidas entre os dois países. Ou seja, o grupo acaba por funcionar igualmente como um canal que oferece a oportunidade de trocar impressões sobre temas relacionados com viagens a Marrocos, mas onde também se pode partilhar tópicos ligados à história, cultura e sociedades das duas nações. Questões de índole mais pragmática, com interesse para quem se encontra em processo de mudança, são igualmente focadas na plataforma, que se dirige a recém-chegados e a residentes mais antigos.

Capítulo IV

A emigração portuguesa para Marrocos na primeira pessoa: as vozes de alguns protagonistas

O Capítulo IV desta dissertação é consagrado à interpretação dos dados obtidos através da realização de um conjunto de entrevistas a portugueses que foram ou são emigrantes em Marrocos. Esta etapa da pesquisa concilia a proposta inicial do trabalho, consignada à emigração nacional para Marrocos, com o método de investigação escolhido: qualitativo, assente na entrevista semiestruturada. Conversei com cinco portugueses que, em algum momento, escolheram Marrocos como destino para se fixarem e, a partir do que eles revelaram, procurei compreender um pouco melhor as razões e os fatores que intervêm neste fascinante, contudo inesperado, e também minoritário, fluxo migratório. O material recolhido a partir dos depoimentos destas pessoas concretas foi submetido a uma análise transversal, tendo em mente um conjunto de categorias de análise previamente definidas, articulando as tendências levantadas nos capítulos anteriores com as particularidades de cada informante. Posteriormente, os participantes nesta investigação foram ainda convidados a ler e comentar o modo como as suas narrativas tinham sido tratadas e analisadas, ao longo destas páginas. Perseguindo um objetivo de colaboração, tratava-se de ouvir, mais uma vez, os informantes, agora acerca da interpretação produzida a partir dos dados por eles fornecidos. Ainda que nem todos tenham respondido ao desafio lançado, foi possível verificar a sua anuência, bem como alguma preocupação em que não restasse qualquer equívoco sobre os seus julgamentos acerca da sociedade marroquina.

1. O processo de pesquisa

Investigar, identificar e compreender algumas das facetas da emigração de portugueses para Marrocos é o grande propósito deste trabalho, que almeja dar a conhecer um fenómeno tão interessante quanto desconhecido, no quadro das correntes migratórias internacionais formadas a partir de Portugal. Com certeza que esta pesquisa não pretende conseguir uma apresentação exaustiva do movimento que parece ter conhecido a sua maior expressão no

início do século XX, mas que continua, porém, a manifestar-se até hoje. Trata-se, antes, de ajudar a traçar uma caracterização subtil do fenómeno, levantando o véu sobre uma realidade que envolve pessoas com percursos tão diversos quanto um homem em fuga política durante a ditadura de Salazar ou uma estudante de doutoramento do século XXI. A meta aqui definida é, essencialmente, tentar compreender as suas motivações, no que concerne à invulgar escolha de Marrocos. Tenta-se ainda lançar luz sobre os níveis de ligação afetiva estabelecidos e mantidos com aquele país.

Desde o início que o objetivo deste trabalho era tentar compreender o movimento da deslocação para Marrocos, acedendo a protagonistas da emigração mais antiga, a que parece ter mobilizado as comunidades piscatórias algarvias no passado, mas também alcançar depoimentos sobre experiências atuais. Desejava-se, igualmente, proceder à auscultação de gente oriunda de atividades profissionais e faixas etárias distintas, mantendo, ainda, um desejável equilíbrio de género. Tendo esta investigação escolhido como metodologia a análise qualitativa baseada na realização de entrevistas semiestruturadas, foi preparado, para cada um dos informantes, um conjunto de tópicos, corporizado através de diversas perguntas abertas. Estas funcionaram como um roteiro, uma espécie de linha orientadora para a conversa estabelecida com cada um, sem que se condicionasse em excesso o discurso através do qual eram relatadas as suas experiências e impressões. A preparação das entrevistas teve em conta o perfil de cada um dos informantes escolhidos, ainda que sem perder de vista critérios de análise mais abrangentes, que constituem os denominadores comuns ao processo de interpretação do tema migratório. Sendo assim, tópicos como as motivações da ida para Marrocos ou as principais dificuldades de adaptação enfrentadas foram colocados à consideração de todos. Por outro lado, as entrevistas foram naturalmente ajustadas a características específicas de cada um, como a idade e o género.

Conseguir reunir um lote de informantes revelou-se um processo relativamente moroso, que obrigou a algumas diligências. Não foi, porém, um processo particularmente difícil, tendo contado, de um modo geral, com a concordância imediata dos envolvidos. Apresentou-se, ainda, um caminho agradavelmente longo, feito de muitos quilómetros percorridos por terra e por ar, entre viagens rumo a encontros com antigos, recentes e atuais emigrantes, agora radicados em paragens tão distintas quanto Mértola, Quarteira, Aveiro e Marraquexe. E assim, em geografias tão variadas quanto estas, tiveram lugar, ao longo de cinco meses, as entrevistas previamente preparadas no Porto. Apenas um dos encontros, programado para decorrer em Lisboa, durante o mês de abril de 2020, não foi presencial, acabando por

acontecer de modo virtual, via *chat* do *Facebook*. O impedimento para a realização presencial da última entrevista deveu-se ao estado de emergência entretanto declarado no país, em consequência da pandemia causada pela Covid19.

A conversa com cada um destes protagonistas da vibrante história relativa à ida de portugueses para Marrocos prolongou-se por cerca de uma hora. Durante o decorrer da entrevista estabeleceu-se um tom de conversa informal em que as perguntas iam sendo colocadas sobretudo para despoletar questões, introduzindo tópicos que suscitavam relatos pessoais amplos e livres, por parte de cada um. O material recolhido em suporte áudio foi depois transcrito, para ser posteriormente analisado, visando-se desvendar os sentidos de um movimento migratório cujos contornos permanecem obscuros, mas foram, definitivamente, significativos, para a vida de alguns portugueses. A realização das entrevistas obteve a pronta anuência dos envolvidos, que acederam a autorizar, por escrito, o tratamento da informação recolhida. Todos foram ainda auscultados sobre o eventual desejo de uma participação anónima. Como apenas um dos informantes manifestou vontade de não ser identificado, os outros são referidos pelos seus próprios nomes.

2. Cinco histórias, cinco protagonistas

Compor o grupo dos cinco informantes desta pesquisa resultou tanto de casualidade quanto do efeito de uma rede de contactos que acabou por operar próximo da modalidade de constituição de amostra por bola de neve. Chegar a cada uma das pessoas ouvidas em entrevista foi tanto consequência do contributo de amigos e conhecidos, quanto do recurso a redes sociais, e da cooperação dos próprios informantes, sugerindo o envolvimento de outros.

O processo de tentar encontrar emigrantes portugueses que tinham escolhido Marrocos foi iniciado através do contacto, por telefone, com duas mulheres algarvias, que pertencem a famílias de pescadores, as quais, como tantas outras naquela província, atravessaram o mar nas primeiras décadas do século XX. Estas duas mulheres, porém, depois de uma primeira abordagem em que se explicava o pretendido, preferiram não participar, acabando por ficar de fora do universo de pesquisa, pelo que foi necessário estabelecer outros contactos.

O facto de ser do domínio público que o arqueólogo Cláudio Torres, mentor do Campo Arqueológico de Mértola, tinha protagonizado uma fuga política rumo a Marrocos, durante o regime do Estado Novo, suscitou a ideia de o envolver neste trabalho. Recorde-se que uma

das motivações da emigração portuguesa no passado recente foi exatamente a perseguição política. No caso deste informante, a primeira tentativa de abordagem foi feita via *e-mail* enviado para o Campo Arqueológico de Mértola, no dia 09 de agosto de 2019, explicando o tema da dissertação e solicitando o contacto com o arqueólogo. Nova tentativa teve de ser repetida um mês depois, por telefone, só então sendo garantido o reencaminhamento do *email* até ao Cláudio. A primeira conversa telefónica com aquele que seria o primeiro informante deste trabalho aconteceu a 18 de setembro, e a sua participação ficou, desde logo, acordada. A entrevista presencial decorreu em Mértola, no dia 07 de outubro de 2019.

Mais uma vez, a casualidade e os amigos uniram esforços para que fosse encontrado um segundo informante. A partir de uma conversa com uma amiga jornalista, foi estabelecido o contacto com um fotógrafo de Quarteira que, imediatamente, se lembrou de um homem de 88 anos que tinha passado praticamente toda a vida na cidade marroquina de Safim. A entrevista com este homem, um torneiro mecânico nascido numa família de pescadores algarvios, aconteceu, sob anonimato, numa loja de fotografia do centro de Quarteira. Ocorreu no dia 10 de outubro de 2019, após uma viagem de Mértola até ao Algarve.

A possibilidade de entrevistar Ana Neno, que escolheu Marrocos para fazer o seu doutoramento, surgiu a 24 de novembro, no Porto, durante um café com um casal amigo que conhecia o percurso desta arquiteta de Aveiro. O primeiro contacto foi estabelecido através de uma mensagem deixada na página de *Facebook* de Ana, onde lhe foi explicado o objetivo da pesquisa, pedindo a sua colaboração. A terceira conversa que dá voz a mais uma história de uma portuguesa emigrada em Marrocos aconteceu a 23 de janeiro de 2020, durante um almoço, em Aveiro.

Ainda que tivesse sido a quarta pessoa a ser entrevistada, Patrícia Lorenzo disponibilizou-se a participar nesta pesquisa assim que foi abordada, em agosto de 2019. O contacto com esta portuguesa de Alcanena foi inicialmente estabelecido através do grupo de *Facebook* *Portugueses a Trabalhar e a Viver em Marrocos*, onde a própria respondeu a um *post* deixado para encontrar emigrantes portugueses que quisessem relatar as suas experiências. Via *chat* do *Facebook*, Patrícia resumiu o seu percurso de emigrante em Marraquexe, iniciado há cerca de uma década, altura em que se encontrava desempregada em Portugal. O encontro com esta professora de yoga aconteceu na própria “cidade vermelha”, sob o calor inefável do Norte de África, em 28 de fevereiro de 2020.

O quinto e último entrevistado deste estudo é o informante Hugo Maia, que foi sugerido pela informante Ana, a qual também se propôs estabelecer o primeiro contacto com ele. Foi também ela que disponibilizou o número de telefone deste antropólogo e tradutor que morou durante quase seis anos em Marrocos. Depois de um telefonema e algumas mensagens trocadas via *Facebook*, a conversa acabou por acontecer *online*, em plena quarentena, no dia 02 de abril de 2020.

De um modo geral, os informantes aqui reunidos corporizam um conjunto no qual sobressai um nível de escolarização elevada. Estou consciente, todavia, de que essa não será, em termos médios, a realidade dos emigrantes portugueses em Marrocos, particularmente no que concerne aos que deixaram o Algarve no início do século XX. Quanto à composição por género e origem geográfica, o grupo, na sua totalidade, é constituído por três homens e duas mulheres, cujos locais de origem se distribuem por diferentes regiões de Portugal.

2.1. Algumas tendências detetadas

Não se trata, com esta pesquisa, de pretender definir o perfil do emigrante português em Marrocos. Procura-se, isso sim, lançar um pouco de luz sobre uma realidade que é muito menos abordada, comparativamente a outros fluxos migratórios portugueses, propondo a sua elucidação a partir das narrativas de cinco dos seus atores. Pretendeu-se que cada relato fosse pessoal, embora alguns tópicos tivessem sido lançados ao longo de todas as entrevistas, uma vez que de todos interessava saber, por exemplo, as causas ou intenções da deslocação para Marrocos, o tipo de atividade a que se dedicavam por lá, quanto tempo permaneceram, que dificuldades enfrentaram, que memórias guardam. Estas questões comuns, abordadas com todos os informantes, permitiram a obtenção de alguns dados mais facilmente comparáveis, ao mesmo tempo que serviram como fios condutores das diferentes etapas das narrativas que descrevem as experiências destes portugueses emigrados em Marrocos.

Logo numa primeira abordagem dos cinco relatos, percebe-se que eles podem ser divididos em dois subgrupos, atendendo ao período temporal em que se deu a deslocação para Marrocos. Essa subdivisão separa os informantes entre os que se podem considerar da primeira geração de emigrantes para Marrocos e os da geração mais recente, o que se reflete, também, na respetiva faixa etária em que se enquadram estas pessoas. Ou seja, dois dos cinco intervenientes são pessoas com mais de 80 anos de idade, que rumaram a Marrocos, um em

1936, e outro em 1961. Trata-se, respetivamente, do algarvio a quem, a partir de agora chamarei Mário, uma vez que prefere não ser identificado, e do arqueólogo Cláudio. O primeiro viveu em Marrocos durante 80 anos e foi sempre torneiro mecânico, enquanto que o segundo permaneceu por apenas dois anos, tendo trabalhado como desenhador no Ministério do Urbanismo. Os restantes informantes formam um outro subgrupo, cujos elementos são consideravelmente mais jovens. As pessoas em questão têm 34, 39 e 41 anos de idade e emigraram recentemente, a partir do ano de 2009. Trata-se de Patrícia, que ainda vive em Marrocos e é, atualmente, professora de yoga; de Ana, arquiteta que morou quatro anos em Marrocos, local que escolheu para desenvolver os seus estudos de doutoramento; e de Hugo, antropólogo e tradutor, que chegou a Marrocos desempregado, para acompanhar a namorada. Encontrou rapidamente o primeiro trabalho na área dos audiovisuais e ficou durante quase seis anos.

Ainda que este capítulo seja centrado nos próprios informantes, é adequado, ou até mandatório, fazer referência aos seus contextos familiares que são, em alguns casos, peças-chave no enredo destas histórias. Esta ideia parece válida tanto para o subgrupo da primeira geração, quanto para os emigrantes mais jovens, pois, de um modo ou de outro, as relações familiares apresentam interligações fortes com o processo migratório individual. Destaque-se, nesta matéria, o exemplo de Ana, que casou com um cidadão marroquino com o qual tem uma filha. Este casamento misto teve, e ainda tem, repercussões específicas e decisivas ao nível dos contactos culturais desta portuguesa. Por via do casamento, Ana vivencia, até hoje, uma experiência de interculturalidade mais abrangente e de maior intensidade, que foi, entretanto, transportada para Portugal, onde o casal decidiu residir desde 2014. A união dos dois adultos de nacionalidades diferentes, e a existência de uma criança, são certamente condicionantes de manifestações diárias de aculturação, como veremos mais à frente, no ponto 2.4 deste capítulo.

O mesmo se pode dizer de Mário, que emigrou criança no seio de um núcleo familiar alargado, com oito filhos. Todos os seus irmãos passaram por Marrocos, embora alguns se tenham, posteriormente, espalhado pelo mundo, escolhendo países tão distantes e tão distintos quanto Espanha e Senegal. Mário ficou em Marrocos e casou com uma mulher lá nascida, filha de portugueses ali radicados, e cujo pai era também pescador. Mário e a esposa tiveram, por sua vez, dois filhos. Ambos nasceram em Marrocos e moram, atualmente, ela no Algarve e ele em França, onde estão também os netos do informante. Neste caso, o percurso da família, que representará um exemplo clássico da emigração algarvia do século passado,

está profundamente relacionado, no período mais recente, com a própria história marroquina, marcada, por exemplo, por fortes relações migratórias e culturais com França.

No caso dos outros informantes, o peso dos laços familiares no processo migratório não será tão relevante. Mas merece, ainda assim, ser referido. Cláudio deixou Portugal na companhia da mulher, que se encontrava grávida, e viu a primeira filha nascer em Marrocos. Deu-lhe o nome marroquino de Nádia, o que permite vislumbrar, desde logo, a existência de uma afinidade grande e definitiva com o país que o acolheu, ainda que temporariamente. Patrícia emigrou sozinha, mas mantém, atualmente, um relacionamento com um cidadão escocês que, no entanto, conheceu em Marraquexe. Hugo, por sua vez, foi para Marrocos acompanhando a namorada, que tinha ganho uma bolsa para fazer mestrado na Universidade Muhammad V, em Rabat. Ela é romena e já se tinha licenciado, em Bucareste, em Línguas e Literaturas, Árabe e Inglês. Pela consideração dos laços familiares, e nomeadamente conjugais, dos informantes, pode-se constatar facilmente que o interesse por Marrocos não se limita apenas a eles, estendendo-se igualmente a pessoas de outras geografias, que também escolhem este país do Norte de África para residirem por algum tempo ou se fixarem de modo mais definitivo. Compreende-se, assim, que, de uma ou de outra forma, em todos estes casos, Marrocos se constitui como um cenário central e um espaço âncora das narrativas pessoais que fazem parte das histórias de vida destas pessoas.

2.2. Motivações da deslocação para Marrocos e modos de vida adotados

Se se focar agora as razões que levaram este conjunto de cinco pessoas a emigrar para Marrocos, a primeira evidência que sobressai é estar-se perante uma série de motivos muito diversos. Entre os informantes é possível apontar desde uma fuga por razões políticas, duas deslocações por motivos mais claramente de ordem económica, uma saída para realizar estudos de pós-graduação e uma outra que concilia motivos afetivos com o que se pode chamar um certo espírito de aventura, aliado a uma boa dose de curiosidade intelectual. Ou seja, embora Marrocos não corresponda, em termos estatísticos, a um destino clássico e representativo da emigração nacional, as motivações encontradas pelos informantes da pesquisa para atravessar o mar, rumo a este país do Norte de África, são muito variadas. Esta constatação acaba por chamar a atenção para um fator cujo peso será inegável na escolha feita, ainda que nem sempre seja reconhecido. Estamos a falar da nossa proximidade

relativamente a Marrocos: uma proximidade geográfica, evidentemente, mas também uma proximidade cultural e histórica, com raízes num passado distante.

“Era o possível, era o mais perto. Para ir de barco, não havia outra hipótese. A fuga pela fronteira era quase impossível, porque tinha sido aumentado brutalmente o controlo de fronteira pela PIDE e, portanto, a única esperança era fugir por mar. Ora, por mar, não há outro ponto para onde a gente possa fugir, se não para Marrocos. Para o Brasil, não dá.” (Cláudio)

“(…) fiz uma viagem a Marrocos em 1998 ou 1999, estive um mês e tal, fiz 3500 km de estrada e fiquei fascinado pelo país e pelas pessoas. E fiquei surpreso, porque Marrocos é aqui mesmo ao lado, fazemos fronteiras aéreas e marítimas com Marrocos; os países estão muito perto, mas perguntei-me: sei mais sobre o Reino Unido, os Estados Unidos da América, Itália e Grécia do que sobre este país aqui ao lado, nosso vizinho?” (Hugo)

Ou seja, Portugal e Marrocos não fazem fronteira terrestre, mas a vicinalidade é indiscutível, ainda que as duas nações pertençam a continentes diferentes e o elemento que as separa seja o mar. Estes dois factos – pertença a diferentes continentes e fronteira marítima – contribuirão para que seja dominante uma perceção errónea quanto à real distância geográfica, histórica e cultural entre os dois territórios, que é efetivamente bem menor do que geralmente muitos entendem.

Na realidade, Portugal e Marrocos são países vizinhos, e esta proximidade, esta facilidade de acesso, apresentou-se claramente como um critério tido em conta, nomeadamente pelos dois informantes do subgrupo da primeira geração, nos seus processos emigratórios. Tanto Mário quanto Cláudio, embora tenham deixado Portugal por razões distintas, viajaram rumo a Marrocos por se tratar da opção logisticamente mais exequível. E ambos são exemplo de casos da emigração clandestina associada às políticas repressivas do Estado Novo. Mário procurando melhores condições de vida, mas tendo que o fazer à margem da lei, e Cláudio escapando à perseguição política, de modo necessariamente ilegal.

Mas também entre os informantes da geração mais recente de emigrantes, entre os mais jovens, a proximidade entre Portugal e Marrocos é considerada como fator relevante. De forma particular e explícita, Hugo chama a atenção para um país que fica tão perto do nosso, referindo-o mesmo como o vizinho sobre o qual, no entanto, se sabe tão pouco. Para este informante, que inicialmente chegou a Marrocos sobretudo como acompanhante da namorada, esta proximidade é ainda vetor de um encantamento maior, que se espraia mesmo ao domínio dos idiomas árabes (padrão e local) que são falados no país.

Atendendo a cada um dos casos de um modo mais detalhado, Cláudio é absolutamente explícito quanto às razões da opção por Marrocos, para tentar escapar à perseguição da ditadura de Salazar. Porquê Marrocos? Porque em plena vigência do Estado Novo, esta seria a única possibilidade praticável. Seguiu viagem, portanto, de barco, clandestinamente, na companhia da mulher, que estava grávida, e de alguns amigos, igualmente fugitivos políticos¹.

Também para Mário não terá havido outra possibilidade de escolha quanto ao destino de emigração. Claro que, neste caso, a opção foi da família, já que ele era uma criança. Na época em que deixou Portugal, Marrocos representava, por excelência, um palco de oportunidades para quem vivia da pesca, como era o caso do seu pai. Mário enfrentou o mar com apenas cinco anos, ao colo da irmã, verificando-se que a sua narrativa encaixa perfeitamente nos exemplos relatados pela literatura, como ficou referido no Capítulo III desta dissertação, e que foram uma tendência da população algarvia no início do século XX.

No caso de Mário e da sua família, a motivação era exclusivamente socioeconómica, materializada na busca de melhores condições de vida, contexto que seria comum a tantas famílias algarvias, naquela época. Como já mencionado no ponto 2.1 deste capítulo, este homem, então apenas uma criança, integrava uma família nuclear com oito filhos. Para uma família numerosa, as dificuldades de subsistência numa região pobre como o sul de Portugal seriam enormes, naquela época. Sendo assim, e com o objetivo de melhorarem de vida, todos se mudaram para Marrocos, ainda que, mais tarde, nem todos tenham por lá permanecido.

¹ A este propósito talvez mereça ser referido o caso de outro exiliado político português, Manuel Alegre, que também na década de 1960 escolheu o Norte de África como destino de fuga, no caso a Argélia, cujas forças políticas ligadas à recente independência do país lhe terão fornecido apoio.

“É pá, aqui não havia trabalho! Lá havia trabalho para toda a gente; havia fábricas de sardinha (...) aqui do Algarve foi quase tudo (...) lá a vida era outra, os pescadores ganhavam mais, ganhavam muito dinheiro! Havia muita pesca, havia muitas fábricas.” (Mário)

O mesmo tópico da proximidade, agora não tanto geográfica, mas de um outro tipo, é também fator relevante para a escolha de Marrocos por parte dos informantes mais jovens, que evidenciam um forte grau de encantamento com o país. Isto surge evidente no caso de Ana, a arquiteta que escolheu Marrocos no âmbito dos seus estudos de doutoramento. Fixou-se em Marraquexe perante uma oportunidade de investigação sobre a cidade de Safim, atraída pelo património local de origem portuguesa, marca indelével de uma proximidade histórica que, embora conflituosa no passado, continua a ligar os dois países. Ou seja, para além da proximidade geográfica que, sendo indiscutível, habitualmente não é reconhecida como evidente, as duas nações também partilham laços históricos e culturais que tendem, do mesmo modo, a passar despercebidos, mas que podem ser atendidos e valorizados por pessoas com interesses específicos. Importa compreender que esses laços existem, remetem para um passado de grande troca cultural e são, ainda hoje, elemento motivador da ida de alguns portugueses para Marrocos.

Por outro lado, pode-se interpretar esta relação enlevada com Marrocos como o resultado de uma impressão de fascínio por um país associado ao exotismo próprio do mundo árabe. Ainda que pareça contraditório, esta valorização do incomum pode manifestar-se na forma de um sentimento de afinidade e identificação vivido de modo muito vincado, capaz de exercer um forte poder de atração. Ou seja, paralelamente ao reconhecimento da proximidade, nas suas várias facetas, o próprio contexto social e cultural marroquino pode surgir valorizado também pela razão inversa. Trata-se do deslumbre e do apreço por um modo de vida tido como muito diferente, e que, para alguns, possibilita um estilo de vida peculiar, descrito, por exemplo, como mais tranquilo.

Este enfoque é referido, de forma explícita, pelos dois elementos femininos do universo de pesquisa. Para Patrícia, que estava desempregada em 2010, quando escolheu Marrocos para tentar melhorar de vida, a sociedade marroquina é exemplo de um estilo de vida que, na sua opinião, lembra o que seriam Portugal e Espanha há 40 ou 50 anos. Esclareça-se que esta comparação não é apontada como depreciativa, não pretende transmitir uma ideia de recuo ou

atraso, em relação ao que muitos consideram um modelo de desenvolvimento sempre a perseguir. Pelo contrário, esta consideração aponta no sentido do que é, com certeza, um quotidiano “mais simples, mais calmo e mais genuíno”, bastante distinto do mundo globalizado e uniformizado em que vivemos hoje. Associado a uma noção pessoal e específica de qualidade de vida, este contexto mais tranquilo é apreciado e procurado por algumas pessoas, que buscam essas condições para o seu dia-a-dia.

Pode-se, portanto, concluir que, para além de vizinhos, Portugal e Marrocos são territórios que partilham uma certa familiaridade, em termos de modos de vida, ainda que esta intimidade, estes parâmetros de pontos de contacto, possam não coincidir no tempo. Mesmo assim, a perceção desta realidade pode ser entendida como um aspeto francamente positivo. É que este estilo de vida, remetendo para um contexto de maior autenticidade e tranquilidade, que alguns procuram e apreciam, não é trivial nos dias de hoje, nem será fácil de encontrar em outros países do mundo.

“É um certo voltar às raízes, no sentido de que há muitas coisas que acontecem em Marrocos hoje, que em Portugal, há 40, 50 anos, eram do mais curriqueiro e normal possível, tanto do lado português quanto do lado espanhol. Há um certo retorno a um certo estilo de vida (...) um bocadinho mais sustentável, menos stressante que a [atual] vida citadina, em geral, numa cidade europeia.” (Patrícia)

“(...) sempre gostei de património, cativou-me esse lado do património de origem portuguesa lá (...) e há um ritmo de vida que é totalmente diferente. Foram anos em que senti que uma pessoa está a viver, sem aquela pressão de correr de um lado para o outro o dia todo, que era o que eu tinha antes e que é o que eu tenho agora (...).”
(Ana)

Em Marrocos, estes portugueses escolheram morar em centros urbanos e sobreviveram dedicando-se a vários tipos de atividade, sendo que apenas um dos informantes, Mário, não se fixou em Rabat ou Marraquexe, onde, por coincidência, todos os outros residiram. Cláudio e Hugo viveram na capital, enquanto que Ana e Patrícia preferiram a “cidade vermelha”.

Depois de um curto período passado em Casablanca, Mário e a família mudaram-se para Safim, cidade localizada na costa ocidental marroquina, que constituiu um destino tradicional para os algarvios que emigraram no início do século XX.

De um modo geral, é fácil concluir que a integração destas pessoas no mercado de trabalho foi fácil e rápida, e que a escolha de Marrocos como destino de emigração não é, de um ponto de vista profissional e financeiro, motivo de arrependimentos. Bem pelo contrário, pois é de evidenciar que, tanto para Mário, do grupo da primeira geração, quanto para Patrícia, o elemento mais jovem, que trocaram Portugal por Marrocos para viverem melhor, a escolha é claramente vista como acertada.

“Aqui tenho uma casa que é minha, mas com o dinheiro de Marrocos! Comprada com o dinheiro de Marrocos, não foi com o dinheiro daqui! (...). Em Marrocos tinha tudo quanto queria, mas trabalhava o dia todo. Uma pessoa, quando ganha a vida, tem tudo o que quer, lá. Há de tudo, lá.” (Mário)

“(...) aqui consigo perfeitamente ter um trabalho estável, mas também um certo equilíbrio entre o que gosto de fazer e conseguir o suficiente para me sustentar, ao contrário do que aconteceria em Inglaterra ou na Alemanha, começando pelas rendas, pela presença do governo e toda a carga administrativa que há cada vez que se quer fazer uma coisinha. [Nesses países] é tudo muito regrado, tudo muito pesado. Aqui, claro, não é tudo ao Deus dará, também há regras, também se paga impostos, tudo isso, mas a pessoa sente que pode respirar mais, a vida é mais leve, há mais tempo (...).” (Patrícia)

Em Safim, onde morou praticamente durante toda a vida, Mário foi sempre torneiro mecânico, profissão que aprendeu quando era muito jovem. Para este homem, a experiência de vida em Marrocos foi claramente positiva e correspondeu às expectativas e ambições habitualmente definidas pelo emigrante de motivação socioeconómica. Os seus sentimentos de reconhecimento e gratidão são evidentes. Patrícia, por sua vez, teve alguns empregos relativamente fáceis de arranjar, nomeadamente no setor do turismo. Atualmente, esta

portuguesa é professora de yoga em Marraquexe e não revela qualquer intenção de se mudar, a curto ou longo prazo, pelo que é fácil concluir a sua satisfação perante o destino escolhido para trabalhar e viver.

Também elemento da primeira geração, Cláudio fixou-se em Rabat, onde passou por um período inicial de dificuldades, condição natural para quem tinha viajado fugido e se encontrava sem apoios. Posteriormente, o arqueólogo português passou num concurso do Ministério do Urbanismo e lá começou a trabalhar como desenhador. Já Hugo tornou-se emigrante em Marrocos num contexto diferente, alimentado por motivos pessoais, pela curiosidade intelectual e um certo espírito de aventura. Possuidor de um bom domínio da língua árabe padrão, já tinha estado duas vezes em Rabat especificamente para aprender o árabe coloquial marroquino, quando decidiu acompanhar a namorada, de nacionalidade romena, que tinha conseguido uma bolsa de mestrado. Hugo estava desempregado, mas em apenas “uma ou duas semanas” encontrou emprego no setor dos audiovisuais e ficou. Seria posteriormente convidado para trabalhar na Embaixada de Portugal, onde foi funcionário. Deixou mais tarde este emprego para dar aulas de fotografia e trabalhar numa empresa da mesma área.

Só o caso de Ana poderá fugir um pouco mais ao quadro acabado de traçar, em termos de integração no mercado de trabalho marroquino. Tratando-se de uma estudante, a sua sobrevivência em Marrocos estava, em grande parte, dependente da bolsa de investigação que recebia de Portugal. Ainda assim, conseguiu emprego, dando aulas na Escola Nacional de Arquitetura, em Marraquexe, onde viveu. Esta informante é a única que chama a atenção para a importância de um rendimento que não seja exclusivamente local, exclusivamente obtido em Marrocos. Esta consideração remete para um quadro de instabilidade salarial e contratual vivenciado pela arquiteta de Aveiro relativamente à sua entidade patronal marroquina.

Esclareça-se ainda que apenas os informantes da primeira geração não conheciam Marrocos antes de emigrar, pelo que enfrentaram uma deslocação rumo a um universo totalmente novo. Pelo contrário, os mais jovens já tinham tido oportunidade de, anteriormente, conhecer e perceber algumas facetas da sociedade marroquina. Portanto, só Mário, inevitavelmente pela sua tenra idade, e Cláudio, não tinham tido qualquer contacto anterior com o país, não conhecendo por lá qualquer habitante local. Ana já tinha visitado o país como turista, mantendo algumas amizades. Patrícia não só tinha visitado Marrocos como turista, anteriormente, como havia participado de um programa de voluntariado da União Europeia, e

também tinha um amigo marroquino. Hugo esteve em Marrocos, pela primeira vez, em 1986, com os pais. Voltou várias vezes, em diversas circunstâncias, até que, já na companhia da namorada decidiu fazer o que chama “turismo cultural”, com o objetivo de aprofundar os seus conhecimentos de árabe coloquial marroquino².

Verifica-se, de modo indiscutível, que todos estes portugueses são unânimes em falarem de uma experiência amplamente positiva, e que todos eles veem oportunidades aliciantes neste país do Norte de África, ainda que com algumas ressalvas. Isto é particularmente claro para dois dos informantes, um do grupo da primeira geração, e outro do grupo mais jovem, que consideram que as oportunidades estarão sobretudo em determinados setores de atividade, relativos a trabalho qualificado. É assim para Cláudio e para Hugo, para quem Marrocos deve ser um destino de emigração a considerar para quem possui formação técnica em áreas específicas, nas quais a sociedade marroquina ainda apresenta carencias. Os informantes mais jovens chamam ainda a atenção para a burocracia e questões administrativas em geral, que podem representar uma dificuldade a quem deseja fixar-se no país.

2.3. Marrocos e os Marroquinos: a adaptação

É inequívoco que estes portugueses gostam de Marrocos e dos marroquinos. É também perceptível que os seus processos migratórios estão envoltos numa forte dimensão afetiva. É ainda manifesto que, à exceção de Cláudio e Mário (que, pelas razões já mencionadas, não tiveram a mesma liberdade de escolha dos outros), a opção por Marrocos faz parte de um panorama mais amplo, em que jogam ingredientes como uma manifesta fascinação pelo mundo árabe, pelo que ele representa e oferece. Isto é visível, como já vimos, no desejo de Hugo de aprender a língua, no interesse de Ana pelo património e na vontade de Patrícia em experienciar um estilo de vida que não encontraria em outros destinos.

Marrocos é sempre, e por todos, descrito como um país amistoso, acolhedor e solidário, onde estes portugueses foram bem-recebidos e conseguiram singrar. As referências à população marroquina são quase sempre envoltas em sentimentos de carinho e respeito, ainda que sejam apontadas algumas críticas a determinados aspetos da organização social. Fica ainda claro

² Esclareça-se, a este propósito, que em Marrocos se fala o árabe marroquino, língua coloquial usada diariamente pela maioria da população, e o árabe padrão, idioma que é comum a outros países árabes.

que as pessoas participantes neste trabalho não sentiram especiais dificuldades de adaptação, nem grande sensação de estranheza na chegada a uma sociedade que, ainda assim, apresenta algumas estruturas bastante distintas da portuguesa, nomeadamente pelo facto de ser maioritariamente muçulmana, com uma influência religiosa forte. Pelo contrário, aspetos particulares da vida em Marrocos, como a vivência diária durante o período de Ramadão³, não parecem ter representado qualquer tipo de dificuldade ou obstáculo para estes portugueses, que conviveram e convivem com estas questões de acordo com uma postura de inequívoco respeito.

“Marrocos é um país bom! (...) durante o Ramadão era igual. A pessoa tinha que fazer as contas, porque quando é Ramadão eles não comem. A pessoa tem que respeitar e não comer perto deles, que isso é uma ofensa muito grande (...).” (Mário)

“(...) fomos alojados numa espécie de pátio, daqueles pátios marroquinos que tinham uns quartos em cima e uns quartos em baixo, e onde havia mais gente. Era uma zona muito pobre, mas fomos muito bem-recebidos pela comunidade do pátio (...).” (Cláudio)

“(...) a nível de integração nunca tive problemas; (...) senti-me extremamente bem acolhida; (...) o povo marroquino é um povo amável, é um povo que ajuda, que está muito disponível (...).” (Ana)

“A sociedade marroquina é bastante acolhedora, simpática. Nunca tive problemas com a sociedade marroquina, em geral (...).” (Hugo)

³ O Ramadão é um ritual de jejum praticado anualmente durante o nono mês do calendário islâmico, e que corresponde a um dos cinco pilares do Islão. Durante este período, os muçulmanos não comem nem bebem, tal como não fumam nem têm relações sexuais, entre o nascer e o pôr do sol. O Ramadão é obrigatório para todas as pessoas que chegaram à puberdade, com exceção para grávidas, idosos ou doentes.

Vale, porém, notar que a integração destas pessoas na sociedade marroquina foi marcada por nuances nítidas, decorrentes dos diferentes contextos históricos em que emigraram os grupos da primeira geração e da segunda geração. Recorde-se, a este propósito, que entre os informantes de mais idade, Mário conheceu Marrocos ainda durante a vigência do protetorado francês (1912-1956), enquanto Cláudio experienciou exatamente os primeiros tempos do período pós-independência do país⁴. No entanto, nem um nem outro apontam especiais dificuldades de adaptação, o que é válido, também, para os informantes do grupo da segunda geração. Aliás, a facilidade de adaptação é acompanhada de uma evidente sensação de bem-estar, notando-se até uma boa dose de nostalgia em relação ao tempo que passaram nesta nação do Magrebe.

“(...) foi uma experiência muito boa! Às vezes até tenho um bocadinho de pena de ter voltado, às vezes lamento (...); às vezes tenho a sensação que um dia hei-de voltar para viver lá.” (Hugo)

No caso particular de Cláudio é mesmo de referir que a facilidade de integração se deveu, em parte, à percepção de ter chegado a uma sociedade em processo de reajustamento, imbuída de um forte e contagiante espírito de celebração, cujo sentimento geral de libertação era naturalmente favorável a jovens de espírito aventureiro e em fuga de outra opressão política. Ainda que no início dos anos de 1960 os sinais da prolongada presença do protetorado francês se mantivessem fortes, Marrocos saboreava e descobria uma nova etapa da sua história, resultante da recente conquista da independência. As dificuldades deste português, que tinha fugido na companhia da mulher grávida e de amigos, resumiram-se apenas a limitações financeiras, sentidas nos primeiros tempos.

“Era toda uma fase ainda muito incipiente da própria independência, em que nós ficamos e nos integramos facilmente. (...) a sociedade marroquina estava, nessa altura, a desabrochar; (...) era a festa da libertação! Foi um ambiente para nós muito

⁴ O protetorado francês sobre Marrocos teve início com a assinatura do Tratado de Fez, em 1912, prolongando-se até 1956, quando esta nação magrebina se tornou independente. Durante mais de 40 anos, França dominou uma vasta área do território centro e sul marroquino, deixando a parte norte do país sob administração espanhola.

fácil, muito fácil! (...) a gente, muitas vezes, ia para o mercado tentar ver se comia alguma coisa; mas, entretanto, já não havia dinheiro nenhum, não tínhamos nada, e era o drama de comer e de fumar, que eramos todos fumadores inveterados. Andávamos nas beatas, atrás dos franceses. Quando atiravam o cigarro, a gente lá apanhava a biatazita; ia-se juntando num saquinho de plástico e, à noite, desfazia-se as beatas todas, que era para juntar o tabaco, que era para poder fumar. Foi um período de uns dois, três meses, um período complicado.” (Cláudio)

Mário, que foi para Marrocos com apenas cinco anos de idade, tendo regressado definitivamente a Portugal com mais de 80, terá passado por um processo de integração muito mais profundo e diferente dos restantes participantes desta pesquisa. Este octogenário, hoje residente no Algarve, considera até que é mais fácil alguém se adaptar à vida em Marrocos do que à vida em Portugal e, tal como Hugo, diz ter sentido maior choque cultural quando regressou ao país de origem. Tendo permanecido em Marrocos por tantos anos, Mário mostra-se obviamente marcado por acontecimentos determinantes da vida do país. Como evento da maior importância refere, naturalmente, a independência marroquina, que também entusiasmou e marcou a experiência de Cláudio. Esta transição política, que pôs término ao domínio francês no país, consitiu um momento que o algarvio acompanhou de perto e em relação ao qual expressa uma declarada simpatia.

“Para viver aqui [em Portugal] é preciso adaptar-me à vida daqui; já foi mais difícil, agora já me vou adaptando. (...)” “Eles fizeram a revolução da independência e eu estava junto com eles (...)” “Agora os franceses não mandam em Marrocos! (...) os franceses estavam sempre armados em espertos! (...) Marrocos, agora, ficou melhor, está claro! (...)” (Mário)

“(...) senti mais choque cultural quando voltei a Portugal, porque já não lembrava como as coisas eram.” (Hugo)

Como já foi referido, também entre os informantes do grupo mais jovem fica evidente a facilidade de adaptação, e o modo como se sentiam/sentem integrados. Mesmo atendendo à

questão de género, tema que num país muçulmano poderá suscitar maiores dificuldades e restrições às mulheres, as duas informantes do sexo feminino não apontam problemas significativos. Referindo que, do ponto de vista fisionómico, é normalmente tida como uma cidadã local quando circula pelas ruas de Marraquexe, Patrícia admite ter sentido apenas a discriminação que é comum a todas as mulheres, não se tratando de um tipo de assédio específico em relação a estrangeiras. Ana não nega esta questão, mas também não lhe atribui grande importância, afirmando que, de um modo geral, sempre se sentiu respeitada. Esta informante considera ter conseguido viver sem grandes limitações no país, sendo uma mulher não marroquina.

Também Hugo afirma que estava perfeitamente adaptado a Marrocos e à sociedade marroquina. No seu caso particular, o processo de integração foi amplamente facilitado pelo facto de falar árabe padrão e árabe marroquino coloquial, aspeto que o próprio destaca como da maior importância no processo de adaptação de qualquer outra pessoa. Mais difícil, confessa, foi mesmo habituar-se à estrada, ao modo de conduzir em Marrocos.

Pode-se, portanto, afirmar que, de acordo com os depoimentos destes informantes, o processo de adaptação de um emigrante português em Marrocos será bem mais fácil do que se poderia imaginar. Arriscando uma interpretação mais ousada pode-se inclusive ponderar que, tendo em mente os quadros dramáticos normalmente descritos na literatura sobre emigração, a vida de um português em Marrocos seria, ou será, menos complicada, e menos dura do que noutros países, nomeadamente nos destinos europeus de maior afluência, como França e Alemanha. É que dos depoimentos ressalta mesmo a clara impressão de que a ligação destas pessoas a este país magrebino é profundamente sentimental. Do passado ao presente, os portugueses parecem sentir-se bem em Marrocos; defendem que trabalhar ou estudar por lá é positivo e compensatório; e consideram que as condições de vida são, no geral, favoráveis. Em suma, Marrocos pode parecer, à primeira vista, um destino insólito para quem pretende emigrar, mas revela-se, afinal, muito recomendável.

2.4. Contacto cultural e dupla pertença

A emigração destes portugueses para Marrocos envolveu, naturalmente, uma série de vivências a vários níveis, permitindo uma ampla e profunda manifestação de diversas vias de contacto cultural estabelecido com a sociedade marroquina. Este contacto cultural aconteceu

nos mais diversos palcos, desde os locais de trabalho à partilha do espaço público e ao estabelecimento de relações de amizade. De modo unânime, todos os informantes desta pesquisa referem que tinham, ou têm, amigos marroquinos, embora tais relações de amizade sejam descritas como assentando em graus diversos de intensidade, de acordo com a experiência de cada um. Mas todos mencionam os amigos ou os colegas de trabalho, bem como as pessoas que, em geral, conheceram e com as quais foram convivendo. E sempre, no mínimo, de modo positivo.

“Tenho muitos amigos marroquinos e os rapazes que formei na oficina; (...) Eu cresci lá bem com eles, fiz tudo com eles (...) Na rua, andava com os marroquinos, brincava com os marroquinos, falava com os marroquinos. Ia ao cinema com os marroquinos, andava com os marroquinos por todo o lado. Ia para a praia, era tudo marroquinos o que havia na praia.” (Mário)

“Comecei a visitar Marrocos em 2008; criei amizades, tinha amigos em Larache; (...) fiz grandes amizades com marroquinos!” (Ana)

“É certo que não tenho amigos marroquinos, no sentido em que não são pessoas com quem, por exemplo, se vai jantar ou tomar café e conversar sobre a vida (...) mas todos os dias convivo com marroquinos e interajo com marroquinos, às vezes numa relação que se assemelha muito à amizade, mas não nos moldes ocidentais. O género e a idade são fatores, muitas mulheres ainda são incentivadas a fazer uma vida caseira, sem sair muito. As que trabalham fora e são de Marraquexe já têm os seus vínculos estabelecidos há muito tempo e, ainda assim, muitas vezes a ideia de passar tempo com as amigas é dentro da casa de alguém. Portanto, a maioria das pessoas com quem interajo na rua são homens que cumprimento e respeito (...), mas que por força do género não me vão convidar para um simples café, dado o facto de que isso pode ser muito facilmente mal interpretado, como tentativa de engate da parte deles ou (pior!) tentativa de sedução da minha parte. Quero ressaltar que não vivo numa redoma de estrangeiros em Marraquexe (...) e tenho muito gosto e sinto-

me muito bem no meio dos meus ‘irmãos’ e ‘irmãs’ marroquinos, e noto um grande respeito em relação ao facto de me esforçar por falar em *darija*”. (Patrícia)

Destaque-se, nesta matéria, dois casos que merecem atenção particular. Um é marcado pela constituição de uma família, e o outro por um sentimento, talvez não auto-compreendido, de clara dupla pertença, resultante de toda uma vida passada em Marrocos. Trata-se, respetivamente, de Ana, que casou com um cidadão marroquino e muçulmano, com quem tem uma filha com quatro anos de idade; e de Mário, que cresceu, trabalhou e morou durante oito décadas em Marrocos. Presentemente, Ana e a família residem em Portugal, aí conciliando diariamente as duas culturas na sua vida quotidiana, procurando pôr em prática uma receita que combina equilíbrio, diversidade e respeito. Por isso, na casa de Ana há regularmente comida marroquina e a sua filha ouve habitualmente música árabe. Esta criança não fala árabe, mas tem consciência, segundo Ana, de que o pai e a mãe dominam idiomas diferentes e pertencem a culturas diferentes.

Mário, ao longo dos 80 anos que passou em Marrocos, criou uma assinalável teia de relações, que se estendiam, naturalmente, do plano pessoal ao profissional. É com visível orgulho e saudosismo que o octogenário recorda “os rapazes da oficina”, jovens aprendizes da profissão de torneiro mecânico, que formou, ao longo do tempo, na sua oficina de Safim. O local de trabalho de Mário acabou por ficar para o seu sócio, quando o português regressou definitivamente ao Algarve.

Na realidade, devemos reconhecer que Mário representa uma exceção no quadro destes informantes, já que no decorrer de tanto tempo passado em Marrocos foi inevitavelmente submetido a um processo de aculturação singular, caracterizado por um constante contacto e uma intensa participação em múltiplas dinâmicas da sociedade que o recebeu. É o próprio que relata, por exemplo, que por altura da Festa do Sacrifício, celebração muçulmana que sucede à peregrinação a Meca, era convidado pelos vizinhos marroquinos a comer o carneiro sacrificado.

O sentimento de dupla pertença, entre a sociedade portuguesa, da qual partiu e à qual a sua família pertencia, e a sociedade marroquina, que o recebeu e com a qual estabeleceu vínculos decorrentes de um convívio diário complexo e intenso, tem um efeito estridente. Sempre que fala de Marrocos, Mário faz transparecer uma profunda emotividade. Ainda que não tenha

abdicado da nacionalidade portuguesa, considerando sempre Portugal a sua pátria, este algarvio também vê Marrocos como o seu país.

“A gente tinha vizinhos árabes. Todos faziam a festa do carneiro, matavam o carneiro, e convidavam a gente para comer o carneiro” (...) “ó pá, o meu país é Portugal, sempre! Eu nasci aqui, tenho família aqui, tenho amigos aqui. Eu tenho muitos amigos aqui, e a minha família é toda daqui, de Quarteira e Albufeira. (...) “ora bem, falo de Portugal, que é o meu país, mas Marrocos também é o meu país!”
(Mário)

O estabelecimento de amizades e a adoção de hábitos locais são constatações comuns aos informantes dos dois subgrupos de emigrantes. Como já foi referido, Patrícia refere não ter ao nível da sua vida privada relações de amizade com marroquinos, mas isso no sentido em que, no ocidente, se entende e materializa a amizade, particularmente entre homens e mulheres. Esta portuguesa reconhece que o género é condicionante do tipo de convívio que se pode estabelecer no país, mas esclarece não viver afastada do contacto com marroquinos, a quem chega mesmo a chamar “irmãos” e “irmãs”.

De um modo geral, fica claro que a passagem por Marrocos não se resumiu a uma etapa experienciada de modo hermético por estas pessoas que, definitivamente, não viveram distanciadas da comunidade local. Pelo contrário, é inegável a criação de pontes com a sociedade marroquina a vários níveis, laços marcados por fortes sentimentos de afetividade que foram transportados para o período pós-Marrocos da vida de cada um.

Aconteceu assim com Cláudio que, ao optar por um nome marroquino para a primeira filha, estabeleceu um vínculo afetivo vitalício com o país onde viveu por apenas dois anos. Estes portugueses absorveram ainda modos de estar que emergiram do contacto cultural diário com os marroquinos. Podem ser referidas as preferências culinárias, como o uso de especiarias e a preparação de pratos típicos da gastronomia nacional, bem como alguns hábitos locais, como

a ida ao *hammam*⁵, ou a incorporação de gestos específicos, como levar a mão ao peito quando se cumprimenta alguém.

Tema incontornável dos processos de aculturação é ainda a comunicação linguística que facilita ou dificulta o contacto do migrante com a sociedade que o recebe. Importa reforçar que Marrocos é um país detentor de uma grande diversidade em matéria de idiomas. Nesta nação do Norte de África fala-se: o árabe marroquino, igualmente conhecido como *daríja* e usado diariamente pela maioria da população; o árabe padrão, comum a outros países árabes; e o *amazigh*, língua berbere, também detentora de variantes. Em simultâneo, o francês é um idioma amplamente usado no quotidiano do país. A integração bem-sucedida dos informantes desta pesquisa passou, em parte, exatamente pelo recurso à utilização de uma ou mais do que uma destas línguas, no contacto diário com os marroquinos.

A capacidade de comunicação nos idiomas locais é, aliás, destacada como ferramenta de adaptação, por excelência, por mais do que um dos informantes. É o caso de Ana, que considera que a possibilidade de comunicar através do árabe marroquino representa um aspeto chave, pois permite à população do país distinguir entre quem é e quem não é turista. Isto pode ser especialmente pertinente numa cidade como Marraquexe, atualmente visitada, durante todo o ano, por um número significativo de estrangeiros. Ana fez questão de aprender *daríja*, embora preferisse usar o francês, particularmente em discursos ou temas de maior complexidade. Deve ser referido que o árabe marroquino coloquial era exatamente a primeira língua de Hugo em Rabat, aquela em que comunicava com os amigos marroquinos. No período em que trabalhou na Embaixada de Portugal, recorria também ao português e ao francês e, na sua vida pessoal, tinha ainda o inglês.

Ou seja, de um modo geral, durante o período em que viveram em Marrocos, os informantes desta pesquisa, essencialmente os mais jovens, comunicavam usando os idiomas do país. As exceções, neste caso, são Mário e Cláudio. O primeiro falava francês, embora soubesse algumas palavras de árabe. O segundo ficou no país por um período curto, durante o qual a influência francesa, decorrente de quatro décadas de protetorado, era ainda demasiado evidente. Cláudio não falava árabe e usava o francês como primeira língua, no seu dia-a-dia, em Rabat.

⁵ O *hammam* também é conhecido como banho turco e constitui uma prática fortemente enraizada em Marrocos. Trata-se de banhos públicos, espaços de higiene e relaxamento, a que as pessoas podem aceder separadamente, em termos de género. O *hammam* tem também uma grande importância em termos de relações de sociabilidade e está, tradicionalmente, associado a uma oportunidade de convívio entre as mulheres, que costumavam fazer dele um ponto de encontro aprazível (Cardeira da Siva, 2003).

Perante uma experiência migratória tão rica, intensa e satisfatória, não surpreende que estes informantes sintam saudade de Marrocos. E há mesmo quem se questione porque não permaneceu, equacionando, portanto, poder voltar, para ficar, como acontece com Hugo. Destaque-se ainda a situação singular de Patrícia: chegou há uma década, é a única que ainda mantém residência no reino de Muhammad VI, e assume não ter, por enquanto, qualquer plano no sentido de deixar o país, seja num futuro próximo ou longínquo.

2.5. Outros portugueses em Marrocos, preconceitos, estereótipos

Os cinco informantes que participam neste trabalho sabem da existência de outros portugueses também emigrados em Marrocos. Tanto Mário e Cláudio, que emigraram durante o século XX, quanto Ana, Patrícia e Hugo, que já partiram em pleno século XXI, contactaram, de modo mais ou menos profundo, com outras pessoas que igualmente tinham trocado Portugal por Marrocos. Isso revela, e também confirma, o que é referenciado pela literatura: havia e mantém-se a existência de uma comunidade portuguesa em Marrocos. Ainda que pouco conhecida e nada estudada, esta comunidade terá tido alguma dimensão no passado recente, sendo mencionada e recordada tanto por Mário, quanto por Cláudio, de modo inequívoco. Estes dois informantes falam de antigos pescadores e pessoas a eles ligadas, frisando tratar-se, essencialmente, de gente do setor da pesca. Através das palavras do arqueólogo ficamos ainda a saber que, pelos anos de 1960, existia em Rabat o que ele designa por Clube Lusitano. Seria um espaço onde decorriam espetáculos, sendo exclusivamente frequentado por portugueses, cujo número andaria na ordem das duas centenas ou mais.

“Havia muitos portugueses, uma colónia de portugueses! Parecia que era Portugal, aquilo. Você entrava no porto de Safim e só se ouvia falar português; mesmo os mouros falavam português! [Eram] pescadores e outras pessoas; havia pessoas na conserva, havia marinheiros... estava cheio de portugueses (...).” (Mário)

“Era um conjunto de famílias, algumas já mistas; (...) eram portugueses perfeitamente radicados.” (Cláudio)

Do passado para os tempos atuais, a presença de portugueses em Marrocos parece ter claramente decaído. Na atualidade, a emigração de Portugal para este país do Norte de África será mais escassa e, por vezes, temporária. Ainda assim, Ana e Patrícia também conhecem outros portugueses a residir em Marrocos. A primeira, fala de pessoas em idade ativa, predominantemente entre os 20 e tal e os 50 anos, gente que, à parte raras exceções, tende a ficar em Marrocos por quatro, cinco ou seis anos, acabando depois por ir para outro país ou regressar a Portugal. Patrícia, por seu turno, diz serem alguns os cidadãos nacionais que conhece em Marrocos, embora não mantenha muito contacto com eles. Hugo considera que, de um ponto de vista numérico, não se tratará propriamente de uma comunidade, embora haja portugueses que continuem a ir trabalhar para Marrocos, mesmo que nem todos se tornem residentes.

Sendo Marrocos um país do continente africano, com a maioria da população praticante do islamismo, e não detendo uma imagem internacional associada à pujança económica ou ao prestígio geopolítico de outras nações, procurei igualmente compreender, através dos depoimentos dos informantes, que eventuais preconceitos ou estereótipos existem em relação a Marrocos e aos marroquinos, produzidos quer pelos próprios portugueses, quer por pessoas de outras nacionalidades. Mais uma vez, o sentido das declarações é bastante consensual, embora com uma ou outra reserva e alguma divergência de interpretações.

De um modo geral, o grupo reconhece a existência de uma série de juízos de valor, baseados tanto na ignorância sobre um país tão próximo e sobre o qual se sabe tão pouco, quanto nas generalizações que habitualmente pautam as opiniões sobre o mundo árabe e os países muçulmanos. Acrescente-se ainda a presença de um certo estereótipo de Terceiro Mundo, normalmente aplicado a países do continente africano, bem como a manutenção de atitudes que demonstram alguns laivos de colonialismo, que ainda se estendem até à atualidade.

É assim para Ana e para Mário que, tendo emigrado em períodos históricos tão distintos, coincidem ao admitir o preconceito dos europeus em relação aos marroquinos, e apontam o dedo, em particular, aos franceses. Ana refere mesmo a ocorrência do que chama “cenas um pouco coloniais” por parte de cidadãos franceses, e fala ainda da existência de um estereótipo de Terceiro Mundo genericamente difundido acerca de Marrocos, considerando que isso resulta do desconhecimento sobre o estilo de vida ocidentalizado que se encontra no país.

Para Mário, é bastante evidente que o europeu nutre um sentimento de superioridade em relação ao marroquino.

“A gente tem um defeito muito grande; lá, os europeus têm um defeito (...), quando chegam lá, tratam as pessoas como animais. (...) consideram-se grandes pessoas; quando chegam lá, e falam com um árabe, pensam que são superiores.” (Mário)

Sobre este tópico, Patrícia usa outra linha de argumentação, mais focada na generalização de imagens estereotipadas sobre o mundo árabe e muçulmano. Para ela, uma certa visão sobre o islamismo tem peso na construção de uma série de preconceitos e estereótipos. Trata-se do estabelecimento de uma associação quase automática entre sociedades islâmicas, de um modo geral, e a ocorrência de atos de violência ligados a ações terroristas com suposta motivação religiosa. Desse processo resulta uma espécie de diabolização do muçulmano, normalmente falado e noticiado em termos muito negativos. Ou seja, Marrocos e os marroquinos são avaliados e classificados à imagem de qualquer outro país e sociedade islâmica, independentemente do maior ou menor grau de liberdade e abertura desta sociedade em concreto. O desconhecimento e o julgamento da parte pelo todo levam à construção de uma imagem que não corresponderá à realidade desta nação, de acordo com as perspetivas e experiências dos informantes desta pesquisa.

Nesta análise, Cláudio e Hugo vão um pouco mais longe e recuam no tempo, para fundamentarem as suas opiniões. Ambos lamentam o desconhecimento e algum ostracismo que existe em relação a Marrocos, apontando, especificamente, que as raízes históricas deste fenómeno são de cariz religioso. Esta leitura cruza-se inevitavelmente com a própria história de Portugal e com o processo de reconquista cristã da Península Ibérica, que nesse passado longínquo foi parte de uma rica e poderosa civilização muçulmana, o chamado Al-Andaluz. Em geral, esta etapa da história da Pensínsula Ibérica poderia, de facto, merecer maior destaque na sociedade portuguesa, sendo realmente possível que a explicação para esta lacuna tenha origem religiosa, uma vez que Portugal e Marrocos se mantêm países com credos religiosos dominantes diferentes.

“Muitas vezes apresenta-se a Arábia Saudita como estandarte dos países muçulmanos e a Arábia Saudita tem um tipo de Islão que não tem nada a ver com o que se pratica e predica aqui em Marrocos. O facto de se meter todos os países muçulmanos no mesmo saco, acaba por penalizar um bocado Marrocos, que é um país muçulmano, mas muito tolerante! Marrocos recebe estrangeiros que não praticam o Islão e ninguém tenta fazer lavagem cerebral, tentando impingir [uma crença religiosa]. Vão falar, se fizeres perguntas, mas ninguém vai fazer lavagem cerebral para te converter.” (Patrícia)

“O Islão é visto sempre como os outros, como os inimigos, como os do outro lado. Daí haver também esta fronteira que é o Mediterrâneo, que foi sempre um ponto de encontro e hoje é um ponto de separação entre os do norte, que são cristãos, e os do sul, que são muçulmanos. É uma postura que não é só de Portugal. Agora, em Portugal é mais dramática, e em Espanha, porque [aqui] a própria civilização, a própria estrutura urbana e civilizacional tem a ver ainda com as civilizações pré-islâmicas e islâmicas, que foram importantes na Península Ibérica.” (Cláudio)

“(…) Obviamente há todo um passado histórico de repúdio por aquilo que seria essa parte da nossa costela, desde a chamada «expulsão dos mouros da Península Ibérica» até toda uma guerra ideológica que existe entre a cristandade e o Islão, que é uma coisa também absolutamente fictícia. (...) Como é possível?! Somos dois países a viver um ao lado do outro e não sabemos nada uns sobre os outros?! Há uma fronteira linguística, sim..., mas não é só isso! Porque é que será? Há uma razão histórica: fomos educados a pensar que existe a cristandade e depois existe o Islão; e que historicamente somos inimigos! E isto é um erro muito grande... E depois há esta coisa fantástica que é o orientalismo, toda uma ideologia que olha para o oriente, por um lado, com um certo fascínio pelo exótico, mas, depois, por outro lado, com um certo repúdio; como sendo uma sociedade mais hierarquizada, mais totalitaria, toda uma série de teorias...” (Hugo)

Sobre este tópic, este informante insistiu na sua crítica às generalizações e preconceitos que normalmente envolvem o designado Mundo Árabe, sublinando que esta região do mundo não pode ser encarada como um todo, uma vez que existem diferenças entre as comunidades que a constituem, tal como acontece, por exemplo, na Europa. Hugo reforçou a ideia de que é o desconhecimento sobre a realidade social de países como Marrocos que produz este tipo de pensamento, assente no juízo de valor e no estereótipo.

Ou seja, embora sejam declaradamente apreciadores de Marrocos, estes portugueses admitem que, de um modo geral, o país nem sempre é visto da melhor forma, ou daquela que eles próprios consideram ser a mais próxima da realidade. Pelo contrário, esta nação do Norte de África, será, como tantas outras, alvo de conjeturas assentes em premissas de ordem histórica, política e religiosa que não corresponderão aos factos e às circunstâncias da atualidade, tal como eles a entendem e vivem ou viveram.

Os informantes que participam desta pesquisa criticam e lamentam os preconceitos e os estereótipos assim construídos e alimentados. E as suas opiniões vêm ao encontro de alguns pressupostos que sustentam este trabalho, já que também partilho o lamento aqui expresso perante o desconhecimento e a suposição não fundamentada. Lamento ainda o desperdício perante mais e mais amplas oportunidades de descoberta e enriquecimento com o nosso tão próximo vizinho do sul.

Procurando contribuir para tornar menos opaca e anónima a corrente migratória portuguesa para Marrocos, que fez e continua a fazer parte da realidade do nosso país, este trabalho espera poder contribuir também para dar um impulso no sentido de uma maior aproximação entre os dois países. Para que se estreitem os laços entre os povos dos dois territórios e se construam novas pontes, feitas de múltiplas partilhas e experiências, entre os dois lados do mar.

Considerações finais

A realização desta pesquisa resulta num balanço extremamente positivo, sob vários pontos de vista. Um deles aponta, indiscutivelmente, no sentido dos resultados obtidos, que permitiram a “descoberta” e a compreensão, ainda que a partir de um número restrito de informantes, de uma realidade migratória singular, inesperada e surpreendente, marcada por expressões de profunda emoção e contentamento. Isto, evidentemente, usando como dados fundamentais os relatos dos cinco informantes que concordaram em partilhar as suas histórias de emigrantes portugueses em Marrocos.

Desde sempre se pretendeu que esta dissertação pudesse ser um contributo para que a emigração de portugueses para Marrocos deixasse de passar tão despercebida, sendo o seu grande objetivo, exatamente, dar a conhecer e ajudar a compreender algumas facetas particulares deste movimento migratório. Mesmo que no passado, e ainda mais presentemente, tal fluxo não tenha a importância de outros que marcam o longo e diversificado percurso da emigração nacional, ele existiu e continua a existir, tendo associado a si um contexto singular que merece ser descoberto e revelado.

Terá sido assim no século XX, quando tantos algarvios trocaram o sul de Portugal pelo norte de África. Sobre essa época em que os portugueses migrantes para Marrocos eram, fundamentalmente, pescadores e suas famílias na busca de uma vida melhor, esta dissertação consegue fornecer alguma luz, embora ténue, a partir da narrativa do informante Mário. Através de um homem de 88 anos, ele próprio um clandestino que chegou a Marrocos ainda criança e por lá viveu durante 80 anos, foi possível ilustrar, e também confirmar, algumas facetas deste movimento migratório, nomeadamente a significativa camaradagem estabelecida entre ele e os seus colegas, amigos e vizinhos marroquinos.

Mas este fluxo migratório, ainda que possa estar reduzido, permanece vivo no presente, na medida em que continua a haver portugueses que escolhem Marrocos para viver. Agora as motivações parecem ser mais diversificadas: trabalhar, mas também estudar ou simplesmente aventurar-se. E de acordo com os cinco participantes nesta pesquisa, viver em Marrocos é bom, é fácil e deixa saudades, o que surge frisado quer pelos emigrantes de há décadas, quer

pelos que ali se fixaram já no século XXI. Segundo todos, a adaptação à vida neste país do norte de África foi um processo tranquilo, sem grandes dificuldades ou choques culturais, e também compensatório do ponto de vista financeiro.

Para os portugueses que constituíram o universo de estudo desta pesquisa, a experiência foi/é francamente positiva, tanto em termos profissionais quanto pessoais. Encontrar emprego revelou-se relativamente fácil, conviver com a sociedade local e até participar dos costumes do país, resultava prazeroso. E os laços que foram ou ainda estão firmados com a sociedade marroquina atingem esferas pessoais e íntimas, não só ao nível do estabelecimento de amizades, mas também perante a possibilidade de constituição de famílias mistas.

Em virtude do panorama dado a conhecer pelos informantes foi possível compreender como nascem e de que se sustentam os fortes sentimentos de dupla pertença, exibidos de forma mais evidente pelo informante Mário, o qual, depois de tantas décadas em solo marroquino, ainda que com alguma surpresa da sua parte, não pode deixar de se sentir como tendo dois países. Mas neste universo de estudo, esse sentimento de pertença dupla manifesta-se, igualmente, através de quem nem sequer equaciona qualquer alteração à atual situação de residente em Marrocos, ou do arrependimento expresso por quem deixou o país e tem em mente voltar um dia, para repetir a experiência.

A emigração portuguesa para Marrocos poderá ser considerada completamente residual, quando comparada com as saídas em massa rumo a outras nações. Contudo, ao contrário do muitas vezes descrito na literatura acerca de outros destinos, estes emigrantes portugueses em Marrocos mostram-se bastante felizes e realizados com a sua escolha, que terá assentado menos nos tradicionais supostos parâmetros de progresso e desenvolvimento socioeconómico do país de destino. De facto, Marrocos parece oferecer o que é pelos informantes tido como determinados critérios de qualidade de vida, como é o caso de um quotidiano mais calmo e um modo de estar no mundo mais harmonioso e genuíno.

Por essa via, a deslocação para Marrocos apresenta-se essencialmente traduzida através de uma linguagem de afetos que se repercute em termos de intensos processos de trocas culturais, num país que se percebe, então, ser efetivamente, geográfica e culturalmente, mais próximo do nosso do que se poderia à partida conceber. Na verdade, são séculos de relações históricas, com certeza materializadas em muitas facetas ainda por explorar. É assim que a presença de portugueses em Marrocos, que escolheram o país para trabalhar, estudar,

procurar refúgio ou aventura, será certamente razões merecedora de novas e mais profundas pesquisas a realizar.

Oberservada do lado inverso, a presença, no passado recente, de tantos algarvios em cidades costeiras marroquinas como Safim, terá lá deixado inúmeras marcas que importará conhecer melhor. Não refiro apenas aspetos do património edificado, originado num passado mais remoto, mas eventualmente questões de índole sociocultural e humana que seria igualmente fascinante poder descobrir. Será, por exemplo, o caso de uma pesquisa focando a realidade das famílias mistas, como a da informante Ana, cujos descendentes constituirão necessariamente produtos de um processo de aculturação intenso e rico.

Estudos como o concretizado nesta investigação e os que se possam vir a concretizar, cruzando a temática da emigração portuguesa para Marrocos, poderão também ser do maior interesse e importância para o estreitamento das relações entre Portugal e o seu vizinho do sul. Explorar os contornos das interações entre as populações dos dois países, e as suas respetivas consequências, é igualmente uma forma de contribuir para o reforço de uma identidade cultural abrangente, de perfil mediterrâneo, cuja importância é geralmente desatendida. Assim sendo, este trabalho – e outros com foco semelhante – é também uma ferramenta que pode ajudar a compreender algumas especificidades de Portugal, que é um país europeu, sem dúvida, mas cuja identidade cultural, em certas dimensões, poderá estar mais próxima do seu vizinho africano do sul do que de outros vizinhos da Europa do norte.

Há um outro contributo desta pesquisa que deve igualmente ser mencionado. Ela permitiu aflorar algumas dimensões da realidade social do sul do nosso país, que eram para mim pouco familiares. Portanto, para além da vida de portugueses em Marrocos, esta dissertação ajuda também a fazer uma aproximação à vida dos portugueses algarvios, já que foram eles os grandes protagonistas desta rota migratória, durante o século XX. Desta forma, revelou-se absolutamente instigante conhecer o contexto em que estas pessoas decidiram partir, rumo ao Norte de África.

O Algarve era, naquela época, uma região tão pobre quanto o resto de Portugal, debatendo-se com as dificuldades impostas pela pobreza, pela ditadura e pela falta de oportunidades. Mas no Algarve havia ainda outros problemas, como a sua evidente pressão demográfica. Os algarvios eram muitos e tendencialmente jovens. E, tal como os seus compatriotas, também se viam impelidos a sair, em busca de uma vida melhor. Mas escolhiam outros destinos. Entre

os portugueses do Algarve surge mais comum a emigração para a Argentina do que para o Brasil. E por outro lado, surge também a especificidade da escolha de Marrocos.

De um modo geral, esta pesquisa permitiu explorar e compreender um pouco melhor uma parte da vida, dos sentimentos e das ambições dos portugueses. Pelo menos de alguns deles, que são alguns de nós, de acordo com os seus perfis pessoais, a partir dos seus próprios relatos. Estes portugueses são do Algarve, mas também de Aveiro ou de Lisboa. Entre eles, há quem tenha escapado da pobreza, mas também quem tenha dados asas à curiosidade e à coragem de viver num país muçulmano do continente africano.

Juntos, os relatos dos emigrantes portugueses que participam neste trabalho e a pesquisa bibliográfica que foi previamente realizada para que ele ganhasse forma, permitem chegar a algumas conclusões peculiares sobre Portugal e a sua população. Começando por quem é do sul, do Algarve, e sobre o modo como ali se vivia no passado recente. Mas também sobre quem é do centro e do norte, onde há quem prefira estudar ou trabalhar em Marrocos do que na Alemanha, bem como quem pense um dia voltar a viver ao reino de Muhammad VI, e também quem não tenha, por enquanto, planos para o deixar. Em suma, foi possível constatar que alguns portugueses são/foram muito felizes em Marrocos.

Referências

Alves, J. A. (1999). *Portugal, Ecos de um Passado Árabe*. Lisboa: Instituto Camões.
Recuperado de: <http://cvc.instituto-camoes.pt> Acedido em 19/11/2019

Anica, A. & Dias, M.L. (2017). Emigração clandestina durante o Estado Novo, O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos. *OMNIA. Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes*, 7: 95-109.

DOI: <http://doi.org/10.23882/OM07-2017-10-07> Recuperado de:
<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/10323/1/OM20170200062.pdf> Acedido em 09/09/2019

Arroteia, J. C. (1983). *A Emigração portuguesa - suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Biblioteca Breve, vol.79. Recuperado de: <http://cvc.instituto-camoes.pt> Acedido em 19/11/2019

Arroteia, J. C. (2001). Aspectos da Emigração Portuguesa. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Número extraordinario dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio) vol. 94 (30): s/p

ISSN 1138-9788 Recuperado de: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-30.htm> Acedido em 02/12/2019

Baganha, I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise social*, vol. XXIX (128): 959-980.

Recuperado de:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>
Acedido em 25/10/2019

Barbosa, R. (2003). Um panorama histórico da emigração portuguesa para o Brasil. *Arquipélago-História*, 2ª série, VII: 173-196. Recuperado de:

https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf
Acedido em 17/03/2020

- Cardeira da Silva, Maria (2003). O Hamman, alguns anos depois: Revisitação Etnográfica de um Contexto Marroquino. *Etnográfica*, Vol II (1): 187-205.
- Cavaco, C. (1971). Migrações Internacionais de Trabalhadores do Sotavento do Algarve. *Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia*, 6 (11): 41-83.
DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2432> Recuperado de:
<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2432> Acedido em 28/10/2019
- Farinha, A. D. (1999). *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões/Coleção Lazúli. Recuperado de: <http://cvc.instituto-camoes.pt>
Acedido em 19/11/2019
- Geertz, C. (1973). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
ISBN 978-85-216-1336-6
- Góis, P. & Marques, J.C. (2018). *Retrato de um Portugal Migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos*. E-cadernos CES (Online), 29: 125-152
DOI: 10.4000/eces.3307 Recuperado de: <https://journals.openedition.org/eces/3307>
Acedido em 27/10/2019
- Godinho, Magalhães (1978). L'émigration portugaise (Xve-XXe siècles), une constante structurale et les réponses aux ghanges du monde, *Revista de Historia Economía y Social*, 1: 5-32
- Golash-Boza, T. & Menjívar, C. (2012). Causes and consequences of international migration: sociological evidence to the right to mobility. *The International Journal of Human Rights*, 16, 8: 1213-1227. Recuperado de:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2012.727802> Acedido em 02/11/2019
- La Barbera, M. C. (2015). Identity and Migration: an introduction. In M.C. La Barbera *Identity and Migration in Europe: multidisciplinary perspectives*: 1-10. Cham, Suíça: Springer ISBN 978-3-319-10126-2 Recuperado de:
https://www.academia.edu/18367296/Identity_and_Migration_in_Europe_Multidisciplinary_Perspectives_La_Barbera_ed. Acedido em 30/10/2019

- Madsen, K. & Naerssen, T. (2003). Migration, Identity and Belonging. *Journal of Borderlands Studies*. vol. 18, 1: 61-75. Recuperado de:
https://www.academia.edu/4504147/Migration_identity_and_belonging Acedido em 30/10/2019
- Martínez, A. L. (2003). La Emigración Portuguesa a La Baja Andaluza durante el Antiguo Régimen. *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXVI (2002-2003), 362-363: 15-42. Recuperado de:
https://www.academia.edu/38119916/LA_EMIGRACION_PORTUGUESA_A_LA_BAJA_ANDALUCIA_EN_EL_ANTIQUO_REGIMEN Acedido em 29/09/2019
- Martínez, A. L. (2008). Cruzar La Raya. Migraciones de Trabajo del Algarve a Andalucía. 1870-1936. *Estudos Migratorios. Revista Galega de Análise das Migracións*, vol. I, 1 (2008): 275-294 Recuperado de:
https://www.academia.edu/38146568/Cruzar_a_Raia_Migracion_de_traballo_do_Algarve_a_Andalucia_1870-1936.pdf Acedido em 29/09/2019
- Matos Marques, K. (2012). Imigração portuguesa na França e dupla pertença cultural: a força da palavra paterna como interdição da cultura de origem no romance Poulailleur de Carlos Batista. *Letrônica*, vol. 5, ESPECIAL: 50-62 Recuperado de:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/10681> Acedido em 21/10/2019
- Nadir, M. (2013). *As Relações Diplomáticas entre Portugal e Marrocos do Tratado de Paz (1774) ao Protectorado (1912)*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra) Recuperado de:
<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/31139/4/NadirThesis%20PDF.pdf> Acedido em 06/01/2020
- Pinho, F. (2017). *Migrações locais, tanto na origem como no destino: entrevista com Marcelo Borges*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. URL: <http://hdl.handle.net/10071/15063> Acedido em 02/11/2019
- Serrão, J. (1970). Conspecto historico da emigracao portuguesa. *Análise Social*, vol. III, 32: 597-617

Recuperado de:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258510R3rFG4jc9La79ZA4.pdf>

Acedido em 28/11/2019

Sutcliffe, B. (1998). *Nacido en otra parte, Un ensayo sobre la migración internacional, el desarrollo y la equidad*. Bilbao: Facultad de Ciencias Económicas

ISBN: 84-89916-03-9. Recuperado de:

https://www.academia.edu/9798510/Born_elsewhere_History_of_migration Acedido

em 01/10/2019

Vargas Evaristo, S. (2010). Acercamientos teóricos sobre la incorporación de migrantes de segunda generación. *Apuntes para una propuesta inicial. Diversidad Cultural y Migración: 7-38* Recuperado de:

https://www.academia.edu/7083533/Diversidad_Cultural_y_Migraci%C3%B3n

Acedido em 01/10/2019

Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Portugal em Marrocos

<https://www.ccispm.com/pt/index.php> Acedido em 07/11/2019

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Marroquina

<https://ccilm.pt/> Acedido em 07/11/2019

Embaixada de Portugal em Rabat

<https://www.rabat.embaixadaportugal.mne.pt/pt/> Acedido em 08/11/2019

Embaixada do Reino de Marrocos em Lisboa

<http://www.emb-marrocos.pt> Acedido em 08/11/2019

Grupo de Facebook Portugueses a Trabalhar e a Viver em Marrocos

Instituto Luso-Árabe para a Cooperação

<https://www.ilac.pt/> Acedido em 15/11/2019

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Organização das Nações Unidas

<https://www.un.org/> Acedido em 30/10/2019

Turismo de Marrocos

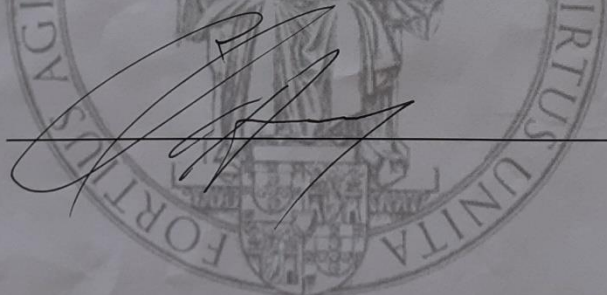
<https://www.visitmorocco.com> Acedido em 15/11/2019

Apêndices

Declaração

Para os efeitos considerados necessários, eu, Cláudio Torres, declaro que livremente decidi participar no projeto de pesquisa de Patrícia Moreira, inscrita no curso de Mestrado em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Moreira, no âmbito do qual concedi uma entrevista. Autorizo, ainda, que as informações que dela constam sejam tratadas com vista à elaboração da respetiva dissertação.

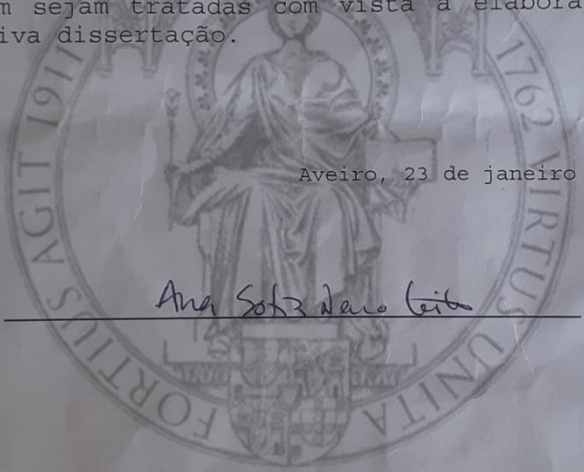
Mértola, 07 de outubro de 2019



Declaração

Para os efeitos considerados necessários, eu, Ana Neno, declaro que livremente decidi participar no projeto de pesquisa de Patrícia Moreira, inscrita no curso de Mestrado em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Moreira, no âmbito do qual concedi uma entrevista. Autorizo, ainda, que as informações que dela constam sejam tratadas com vista à elaboração da respetiva dissertação.

Aveiro, 23 de janeiro de 2020

A circular seal of the University of Porto, featuring a seated figure holding a book and a staff, surrounded by the Latin motto "FORTIUS AGIT 1641 VIRTUS UNITA 1717".
Ana Sofia Neno Leite

Declaração

Para os efeitos considerados necessários, eu, Patrícia Lorenzo, declaro que livremente decidi participar no projeto de pesquisa de Patrícia Moreira, inscrita no curso de Mestrado em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Moreira, no âmbito do qual concedi uma entrevista. Autorizo, ainda, que as informações que dela constam sejam tratadas com vista à elaboração da respetiva dissertação.

Marraxe, 28 de fevereiro de 2020

Patrícia Lorenzo

Declaração

Para os efeitos considerados necessários, eu, Hugo Maia, declaro que livremente decidi participar no projeto de pesquisa de Patrícia Moreira, inscrita no curso de Mestrado em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Moreira, no âmbito do qual concedi uma entrevista. Autorizo, ainda, que as informações que dela constam sejam tratadas com vista à elaboração da respetiva dissertação.

Lisboa, 02 de abril de 2020

